

Aliança Geração de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2019

SUMÁRIO

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas..	4
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações do resultado.....	10
Demonstrações do resultado abrangente.....	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	12
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	13
Demonstrações do valor adicionado.....	14
1 - Contexto operacional	17
2 - Base de preparação e apresentação	18
3 - Caixa e equivalentes de caixa	26
4 – Aplicações financeiras	27
5 - Contas a receber.....	27
6 - Despesas antecipadas	27
7 - Investimentos	28
8 – Imobilizado	30
9 – Intangível	33
10 – Fornecedores	35
11 - Tributos a recolher sobre o lucro	35
12 - Concessões a pagar	37
13 – Financiamentos e debêntures	37
14 - Arrendamentos	40
15 - Encargos regulatórios a recolher.....	41
16 - Provisão para compromissos futuros.....	41
17 - Processos judiciais	42
18 - Patrimônio líquido	50
19 – Receita líquida	51
20 - Custos e despesas operacionais	52
21 - Receitas e despesas financeiras	53
22 - Transações com partes relacionadas	54
23 - Instrumentos financeiros	54
24 - Benefícios a empregados	60
25 - Cobertura de seguros	60
26 - Compromissos	60
27 - Informações complementares ao fluxo de caixa	60
28 - Eventos subsequentes.....	61

Relatório da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em linha com a Visão Estratégica estabelecida no ano anterior de alcançar 1,6 GW em capacidade instalada até 2023, no ano de 2019 foram aprovados, em Assembleia de Acionistas, as implantações do Parque Eólico Gravier e do Complexo Eólico Acauã, conforme Fato Relevante divulgado no dia 13 de dezembro. Os empreendimentos contribuirão com o acréscimo de 180,6 MW instalados na Companhia, que passará a contar com um portfólio de mais de 1,4 GW em operação.

O Parque Eólico Gravier está localizado no estado do Ceará e agregará 71,4 MW em capacidade instalada, com CAPEX total previsto de cerca de R\$307 milhões. Já o Complexo Eólico Acauã, composto por 3 Parques Eólicos, está localizado no estado do Rio Grande do Norte e contribuirá com 109,2 MW em capacidade instalada, com CAPEX previsto de R\$513 milhões. A energia gerada pelos projetos mitigará a exposição da Aliança ao risco hidrológico, reduzindo os custos com aquisição de energia.

Do ponto de vista dos resultados consolidados de 2019, a Aliança alcançou a receita líquida de R\$1,1 bilhão, que contempla a venda de energia a longo prazo, bem como as operações no curto prazo. Ainda diante de exposição ao fator GSF, o custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$381 milhões. A Companhia encerrou o ano com uma geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA, de R\$543 milhões, o que representa um crescimento de 8% em relação ao registrado no anterior. O resultado líquido alcançou R\$229 milhões, 15% acima em relação a 2018. Os resultados refletiram o compromisso da Aliança em agregar valor a seus acionistas, seguindo seus pilares estratégicos e com o foco na eficiência operacional.

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2020.

Diretoria:

Wander Luiz de Oliveira
Diretor de Comercialização e de Engenharia

Paulo de Tarso de Alexandria Cruz
Diretor de Operação



KPMG Auditores Independentes
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Aliança Geração de Energia S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Aliança Geração de Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aliança Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Aliança Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.



Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do valor recuperável (“impairment”) do ativo imobilizado em função do rompimento da barragem de rejeitos em Mariana

Veja as notas nº 2.6.d e nº 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O balanço patrimonial consolidado apresenta na rubrica de imobilizado o montante de R\$ 2.118.365 mil, dos quais, R\$ 80.393 mil referem-se à Usina Hidrelétrica Risoleta Neves (“Usina”), por meio do Consórcio Candonga. A Companhia e suas controladas efetuam a análise do valor recuperável do ativo imobilizado quando há indícios de que o seu valor recuperável possa ser inferior ao valor contábil.

Em decorrência do rompimento da barragem de rejeitos em Mariana-MG, a Usina teve suas operações interrompidas desde novembro/2015, o que representa um indicador de que os ativos possam estar desvalorizados. Para a determinação do valor recuperável, a Companhia utiliza o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras que envolve um alto grau de julgamento na determinação das estimativas utilizadas na projeção da geração de caixa da unidade geradora de caixa para fins de determinação do valor recuperável dos ativos. Devido a relevância dos saldos e que eventuais alterações das premissas utilizadas possam impactar de forma relevante as demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à preparação e revisão do plano de negócios da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves que foi utilizado para análise e determinação do valor recuperável dos ativos. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos as premissas significativas e as metodologias utilizadas pela Companhia, incluindo as taxas de desconto e de crescimento das receitas no período de projeção e avaliamos a consistência dos cálculos, comparando-os com informações de mercado disponíveis do setor de geração de energia, com o desempenho efetivo de outras usinas do grupo e com dados históricos. Realizamos também a análise de sensibilidade, bem como o recálculo do valor em uso. Adicionalmente, analisamos as divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o imobilizado e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Provisão para risco regulatório em função do rompimento da barragem de rejeitos em Mariana

Veja as notas nº2.6.g e nº 17 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O balanço patrimonial consolidado apresenta provisões para processos judiciais no montante de R\$ 207.125 mil, dos quais R\$ 188.936 mil estão relacionados à ação judicial regulatória vinculado ao rompimento da barragem de rejeitos de Mariana-MG e seus impactos na operação das Usina Hidrelétrica Risoleta Neves ("Candonga"). No contexto da referida ação judicial, a Companhia tem recebido valores por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para compensação por compras de energia em condições menos favoráveis do que aquelas previstas para usinas hidrelétricas pertencentes ao Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"). Estas compensações decorrem de pedido liminar deferido em favor da Companhia e, posteriormente, êxito em primeira instância na ação movida pela Companhia que estabelece o retorno da referida usina hidrelétrica ao MRE. A provisão foi constituída para cobrir o risco de desembolso futuro, caso a Companhia seja requerida a devolver os valores recebidos da CCEE em virtude da ação judicial em questão.

Devido ao elevado grau de julgamento envolvido na mensuração da referida provisão, à relevância do valor envolvido, pelas incertezas referentes aos potenciais efeitos da ação regulatória movida pela Companhia para retorno da Usina Hidrelétrica ao MRE e respectivos efeitos tributários vinculados aos recebimentos por meio da CCEE, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos o desenho e a implementação dos controles internos chave relacionados ao reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes.

Especificamente, em relação ao processo judicial regulatório da Usina Hidrelétrica de Candonga, obtivemos parecer jurídico dos assessores externos da Companhia com relação a probabilidade de desembolso financeiro para restituição das parcelas recebidas da CCEE e a avaliação do departamento jurídico interno da Companhia com relação ao referido tema e a conclusão quanto ao reconhecimento da provisão. Envolvermos nossos especialistas legais na avaliação do assunto no ano anterior e efetuamos a atualização do assunto para o exercício de 2019.

Durante os procedimentos de auditoria das Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, obtivemos também parecer jurídico de assessores externos da Companhia com a análise dos aspectos fiscais associados ao registro contábil da provisão e envolvemos nossos especialistas em tributos com o objetivo de verificar a tese utilizada em relação à tributação pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro para as compensações financeiras recebidas e as respectivas movimentações das diferenças temporárias nas apurações fiscais. Avaliamos todas as mudanças ocorridas ao longo do ano de 2019 que pudessem alterar nossas conclusões obtidas no ano anterior. O tratamento fiscal é consistente com o ano anterior.

Adicionalmente, corroboramos os valores recebidos referentes ao referido processo judicial durante o exercício com informações do sumário da CCEE e que, por sua vez, correspondem ao valor da provisão constituída ao longo do exercício.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a provisão para riscos regulatórios e seus reflexos fiscais, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Ênfase - Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de que parte substancial das operações de venda de energia da Companhia são realizadas com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 22. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causa por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG


Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRC MG-058176/O-0

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, em milhares de reais.

ATIVO		Controladora		Consolidado	
		Nota	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	394.567	344.155	435.169	381.041
Aplicações financeiras	4	305.884	242.823	327.246	257.073
Contas a receber	5	93.378	93.046	130.592	116.694
Estoques		9.457	9.415	9.473	9.415
Despesas antecipadas	6	6.432	6.604	6.432	6.604
Tributos a recuperar		17.355	11.636	21.580	12.702
Outros valores a receber		4.444	4.242	4.656	7.788
Total do ativo circulante		831.517	711.921	935.148	791.317
Não circulante					
Tributos a recuperar		-	-	8.941	10.993
Depósitos vinculados a litígios	17.b	8.674	6.475	8.683	6.483
Outros valores a receber de partes relacionadas	22	97.598	24.137	97.598	24.137
Despesas antecipadas	6	5.358	11.790	5.358	11.790
Outros valores a receber		10.414	5.847	10.414	5.847
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.1	7.693	-	7.932	1.425
Investimento	7	494.155	479.698	-	-
Imobilizado	8	1.502.251	1.586.331	2.118.365	2.203.132
Intangível	9	139.934	163.223	151.705	175.872
Total do ativo não circulante		2.266.077	2.277.501	2.408.996	2.439.679
Total do ativo		3.097.594	2.989.422	3.344.144	3.230.996

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, em milhares de reais.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante					
Fornecedores	10	42.519	13.421	44.817	19.740
Salários e encargos a pagar		11.752	11.079	11.752	11.080
Tributos e contribuições sociais a recolher		4.923	6.024	6.061	6.934
Tributos a recolher sobre o lucro	11	84.058	89.476	84.662	92.769
Concessões a pagar	12	41.990	33.597	41.990	33.597
Financiamentos e debêntures	13	152.305	149.120	161.265	167.557
Arrendamentos	14	1.467	-	2.432	-
Encargos regulatórios a recolher	15	6.146	4.991	6.171	4.991
Provisão para compromissos futuros	16	18.350	22.220	18.660	23.081
Dividendos a pagar	18.a	228.962	201.475	228.962	201.475
Outros passivos		3.366	3.182	3.370	3.206
Total do passivo circulante		595.838	534.585	610.142	564.430
Não circulante					
Concessões a pagar	12	255.808	264.301	255.808	264.301
Financiamentos e debêntures	13	68.518	140.000	275.840	347.730
Arrendamentos	14	2.778	-	11.418	-
Encargos regulatórios a recolher	15	20.551	17.382	20.551	17.382
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.1	-	5.401	-	5.401
Provisão para compromissos futuros	16	17.144	31.314	33.428	35.313
Provisões para processos judiciais	17	279.052	138.534	279.052	138.534
Total do passivo não circulante		643.851	596.932	876.097	808.661
Total dos passivos		1.239.689	1.131.517	1.486.239	1.373.091
Patrimônio líquido	18				
Capital social		1.291.488	1.291.488	1.291.488	1.291.488
Reserva de capital		566.417	566.417	566.417	566.417
Total do patrimônio líquido		1.857.905	1.857.905	1.857.905	1.857.905
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.097.594	2.989.422	3.344.144	3.230.996

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, em milhares de reais.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida	19	1.015.746	906.852	1.102.948	983.705
Energia elétrica comprada para revenda		(367.861)	(305.542)	(380.564)	(314.066)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(51.391)	(43.627)	(55.185)	(47.042)
Depreciação e amortização		(122.102)	(125.325)	(150.771)	(153.149)
Outros custos com geração de energia		(88.299)	(80.952)	(94.572)	(84.289)
Total dos custos operacionais	20.a	(629.653)	(555.446)	(681.092)	(598.546)
Lucro bruto		386.093	351.406	421.856	385.159
Despesas gerais e administrativas		(28.938)	(27.900)	(30.012)	(27.139)
Outras (despesas) receitas operacionais		(669)	(3.191)	(988)	(3.566)
Resultado de equivalência patrimonial	7.b	16.264	10.714	-	-
Total das (despesas) receitas operacionais	20.b	(13.343)	(20.377)	(31.000)	(30.705)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		372.750	331.029	390.856	354.454
Receitas financeiras	21	34.172	30.345	38.597	32.684
Despesas financeiras	21	(68.912)	(67.013)	(89.983)	(89.340)
Resultado antes dos impostos		338.010	294.361	339.470	297.798
Imposto de renda e contribuição social correntes	11.2	(122.142)	(101.603)	(122.416)	(106.465)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.2	13.094	5.561	11.908	6.986
Lucro líquido do exercício		228.962	198.319	228.962	198.319
Lucro líquido por ação – R\$	18.d	0,18	0,15	0,18	0,15
Quantidade média ponderada de ações (em milhares)	18.d	1.291.582	1.291.582	1.291.582	1.291.582

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, em milhares de reais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	228.962	198.319	228.962	198.319
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	228.962	198.319	228.962	198.319

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido controladora e consolidado

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, em milhares de reais.

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2017		1.291.488	566.417	-	1.857.905
Lucro líquido do exercício		-	-	198.319	198.319
Dividendos obrigatórios		-	-	(198.319)	(198.319)
Em 31 de dezembro de 2018	18	1.291.488	566.417	-	1.857.905
Lucro líquido do exercício		-	-	228.962	228.962
Dividendos obrigatórios		-	-	(228.962)	(228.962)
Em 31 de dezembro de 2019	18	1.291.488	566.417	-	1.857.905

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, em milhares de reais.

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		228.962	198.319	228.962	198.319
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	8 e 9	126.043	128.516	152.178	156.715
Baixas líquidas de imobilizado e intangível	8 e 9	2.087	5	2.895	1.614
Resultado de equivalência patrimonial	7	(16.617)	(10.714)	-	
Juros, variações monetárias e outras variações financeiras		67.953	66.704	88.255	88.523
Imposto de renda e contribuição social	11.2	109.048	96.042	110.508	99.479
Amortização prêmio de repactuação do risco hidrológico		6.604	6.604	6.604	6.604
Provisões para processos judiciais	17	70.230	47.145	70.230	47.145
		594.310	532.621	659.632	598.399
Variação de ativos e passivos					
Contas a receber		(332)	24.337	(13.898)	12.021
Tributos a recuperar		(45.960)	(35.807)	(47.203)	(39.537)
Depósitos judiciais	10	(3.310)	2.293	(3.311)	2.285
Outros ativos		(7.984)	(14.434)	(4.666)	(18.528)
Fornecedores		29.084	(30.161)	25.077	(48.365)
Salários e encargos a pagar		673	932	672	933
Tributos e contribuições sociais		18.863	35.172	17.127	39.979
Provisão para compromissos futuros	16	(24.621)	(19.427)	(25.532)	(20.063)
Outros passivos		3.649	4.895	3.653	5.292
		(29.938)	(32.200)	(48.081)	(65.983)
Caixa gerado pelas operações					
Imposto de renda e contribuição social pagos		(107.256)	(87.630)	(108.146)	(88.894)
Juros pagos	13	(16.804)	(27.561)	(34.525)	(45.669)
		440.312	385.230	468.880	397.853
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais					
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
No imobilizado e no intangível	8 e 9	(10.681)	(3.767)	(17.099)	(10.251)
Aumento de capital em controlada	7	(1.880)	(8.558)	-	-
Valores remetidos/recebidos de partes relacionadas	7	596	21.657	-	-
Aplicações financeiras		(63.061)	(242.823)	(70.173)	(257.073)
		(75.026)	(233.491)	(87.272)	(267.324)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento					
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamentos de financiamentos e debêntures	13	(140.000)	(70.000)	(152.457)	(83.975)
Pagamentos de arrendamentos	14	(546)	-	(1.560)	-
Pagamento de concessões	12	(47.478)	(44.426)	(47.478)	(44.426)
Pagamento de dividendos	18.a	(201.475)	(160.700)	(201.475)	(160.700)
Financiamentos obtidos	13	74.067	-	75.490	-
Caixa líquido gerado pelas (consumidos nas) atividades de financiamento		(315.432)	(275.126)	(327.480)	(289.101)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		344.155	467.542	381.041	539.613
Caixa e equivalentes de caixa de empresa incorporada, líquidos		558	-	-	-
No fim do exercício		394.567	344.155	435.169	381.041
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		49.854	(123.387)	54.128	(158.572)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, em milhares de reais.

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
RECEITAS					
Venda de energia	19	1.165.419	1.032.255	1.260.551	1.117.586
Outras receitas		4.180	3.899	4.180	3.899
		1.169.599	1.036.154	1.264.731	1.121.485
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos com aquisição de energia para revenda	20	(367.861)	(305.542)	(380.564)	(313.197)
Serviços de Terceiros		(57.623)	(53.105)	(65.371)	(57.039)
Materiais		(3.080)	(1.627)	(3.115)	(1.664)
Outros custos operacionais:					
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	20	(51.391)	(43.627)	(55.185)	(47.042)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	19	(20.475)	(17.425)	(20.475)	(17.425)
Encargos regulatórios	20	(13.895)	(12.002)	(14.198)	(12.275)
Outros		(6.387)	(9.770)	(8.285)	(7.700)
		(520.712)	(443.098)	(547.193)	(456.342)
VALOR ADICIONADO BRUTO		648.887	593.056	717.538	665.143
RETENÇÕES					
Depreciação e amortização	8 e 9	(126.043)	(128.516)	(152.207)	(156.715)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		522.844	464.540	565.331	508.428
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	7	16.617	10.713	-	-
Receitas financeiras	21	34.187	30.345	38.647	32.684
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		573.648	505.598	603.978	541.112
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Empregados		45.663	42.271	45.696	42.284
Remuneração direta		35.491	32.808	35.516	32.808
Benefícios		8.632	8.023	8.640	8.036
FGTS		1.540	1.440	1.540	1.440
Impostos, taxas e contribuições		228.203	195.972	237.295	207.720
Federais		216.363	191.750	222.498	203.523
Estaduais		11.596	3.973	14.552	3.948
Municipais		244	249	245	249
Remuneração de capitais de terceiros		70.820	69.036	92.025	92.789
Juros		65.902	65.117	86.206	86.765
Aluguéis		1.908	2.024	2.040	3.457
Outras despesas financeiras		3.010	1.895	3.779	2.567
Remuneração de capitais próprios		228.962	198.319	228.962	198.319
Dividendos distribuídos		228.962	198.319	228.962	198.319
		573.648	505.598	603.978	541.112

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 - Contexto operacional

A Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança", "Controladora" ou "Companhia") é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, com o início de suas operações a partir de 27 de fevereiro de 2015, data em que ocorreu a transferência de ativos de geração de energia elétrica de seus acionistas, Vale S.A. ("Vale") e Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT"). A Companhia, anteriormente denominada Central Eólica Santo Inácio V Ltda. e Vale Geração de Energia S.A., passou a ter a denominação de Aliança Geração de Energia S.A. em 17 de janeiro de 2014, tendo a Cemig GT ingressado como acionista em 5 de agosto de 2014, data em que ocorreu a assinatura do Acordo de Associação firmado entre os acionistas, o qual deu origem à *joint venture*. A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Rua Matias Cardoso, 169, 9º andar, Bairro Santo Agostinho, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

A Aliança tem por objeto social (i) estudar, planejar, construir e explorar sistemas de geração e comercialização de energia elétrica, com vistas à exploração econômica e comercial; (ii) prestação de serviços técnicos e de consultoria, na área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; e (iii) participação em outras sociedades ou empreendimentos de geração de energia elétrica.

A Companhia possui um parque gerador com capacidade instalada de 1.257 MW. Desse total, (i) 1.158 MW através de participações em 7 usinas hidrelétricas com uma garantia física de 668 MW médios; e (ii) 99 MW por meio de participações em 4 parques eólicos com fator de capacidade de 46 MW médios a P90.

A Aliança possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico como produtora independente e detém contratos de fornecimento de energia vendidos no longo prazo nos ambientes livre e regulado.

Segue quadro resumo informativo acerca das usinas e consórcios da Companhia:

Empreendimento	Participação Aliança	Município (em MG)	Rio	Capacidade Instalada (MW)(*)	Energia assegurada (MW médios)(*)	Vencimento da Concessão
Usina Hidrelétrica de Funil ("Funil")	100%	Perdões	Grande	180	85	Dez/35
Usina Hidrelétrica Eliezer Batista ("Aimorés")	100%	Aimorés	Doce	330	182	Dez/35
<i>Consórcio Capim Branco Energia ("Capim Branco")</i>						
Usina Hidrelétrica Amador Aguiar I ("Capim Branco I")	87,36%	Araguari	Araguari	240	154	Ago/36
Usina Hidrelétrica Amador Aguiar II ("Capim Branco II")	87,36%	Araguari	Araguari	210	132	Ago/36
Consórcio Porto Estrela ("Porto Estrela")	66,67%	Joanésia	Santo Antônio	112	62	Jul/32
Consórcio Igarapava ("Igarapava")	52,65%	Conquista	Grande	210	134	Dez/28
Consórcio Candonga ("Candonga")	50,00%	Rio Doce	Doce	140	65	Mai/35

*Os valores referem-se à capacidade instalada e a energia assegurada do consórcio.

Centrais Eólicas Garrote, São Raimundo, Santo Inácio III e Santo Inácio IV (“Parque Eólico Santo Inácio”)

Em 14 de novembro de 2017 a ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, emitiu o primeiro despacho liberando a Central Eólica Garrote para operação em teste. Na sequência, em 17 de novembro de 2017, foram liberadas para operação em teste as Centrais Eólicas São Raimundo, Santo Inácio III e Santo Inácio IV.

A ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Normativa ANEEL No 583 de 22 de outubro de 2013, resolveu liberar para início da operação comercial as unidades geradoras das Centrais Eólicas que compõem o Complexo Eólico Santo Inácio, sendo que partir da data de liberação a energia produzida pelas respectivas unidades geradoras foram disponibilizadas no sistema.

Em 17 de maio de 2019, a Companhia concluiu a incorporação de sua subsidiária integral Aliança Eólica Santo Inácio Participações S.A. (“Aliança Eólica”) pelo valor patrimonial contábil, com sua consequente extinção. E, atualmente, a Companhia detém a participação integral nas sociedades Central Eólica Garrote S.A. (“Garrote”), Central Eólica São Raimundo S.A. (“São Raimundo”), Central Eólica Santo Inácio III S.A. (“Santo Inácio III”), e Central Eólica Santo Inácio IV S.A. (“Santo Inácio IV”). Veja detalhes sobre o acervo líquido da entidade incorporada na nota explicativa 7.

Assim sendo, segue resumo das principais operações contidas nos respectivos despachos:

Titularidade	Despacho ANEEL	Data do Despacho	Capacidade Instalada	Início de Operação	Prazo Final
Central Eólica Garrote S.A.	No. 4.039	30/11/2017	23.100 kW	01/12/2017	06/07/2046
Central Eólica São Raimundo S.A.	No. 4.040	30/11/2017	23.100 kW	01/12/2017	06/07/2046
Central Eólica Santo Inácio III S.A.	No. 4.069	04/12/2017	29.400 kW	05/12/2017	06/07/2046
Central Eólica Santo Inácio IV S.A.	No. 4.070	04/12/2017	23.100 kW	05/12/2017	06/07/2046

Centrais Eólicas Acauã I, Acauã II e Acauã III (“Projeto Eólico Acauã”)

A Companhia detém 100% de participação direta nas sociedades Central Eólica Acauã I S.A. (“Acauã I”), Central Eólica Acauã II S.A. (“Acauã II”) e Central Eólica Acauã III S.A. (“Acauã III”). As referidas sociedades possuem integralmente o projeto do Parque Eólico Acauã. A implantação do parque ocorrerá nos municípios Tenente Laurentino Cruz, Lagoa Nova, Santana do Matos e São Vicente, no estado do Rio Grande do Norte.

O início da implantação do Projeto Eólico Acauã está previsto para o segundo semestre de 2020, com operação comercial plena estimada para início de 2022. O projeto contará com 26 aerogeradores com potência de 4,2 MW, tendo uma capacidade instalada total de 109,2 MW e fator de capacidade de 57,77 MW médios a P90.

2 - Base de preparação e apresentação

2.1 - Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRSs, em relação às demonstrações financeiras individuais, somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas. Para fins de IFRS, esta capitalização somente é permitida nas demonstrações financeiras consolidadas e não nas demonstrações financeiras individuais.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 06 (R2)/IFRS 16 foi aplicado. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na nota 2.7.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras.

Em 21 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a conclusão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

2.2 - Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir as perdas pela redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3 - Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 - Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas Garrote, São Raimundo, Santo Inácio III, Santo Inácio IV, Acauã I, Acauã II e Acauã III, na mesma data base da Companhia. Para mais detalhes sobre a estrutura societária do Projeto Eólico Santo Inácio e Acauã, vide Nota Explicativa nº 7.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5 - Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens

aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras assim como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 8 e 9 - Depreciação e amortização - taxa de depreciação: alteração de taxa de depreciação da ANEEL;
- Nota 8 - Recuperabilidade dos ativos - teste de redução ao valor recuperável de ativos: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 12 - Concessões a pagar - atualização monetária: risco de inflação da premissa utilizada;
- Nota 14 - Arrendamento - taxa de desconto: risco de inflação da premissa utilizada;
- Nota 16 e 17 - Provisões - mensuração da provisão: principais premissas utilizadas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota 19 - Fornecimento/suprimento não faturado de energia elétrica - reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de faturamento.

2.6 - Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia e aplicadas de maneira consistente pelas entidades do grupo são como segue:

a) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Administração desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto:

(a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto

(b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, o Grupo pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação de saldos ("offsetting")

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na

data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

c) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, estes investimentos são inicialmente registrados pelo valor justo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da controlada.

d) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Para os ativos construídos pela Companhia são incluídos o custo de materiais e mão de obra direta, além de outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estejam em condições de operar de forma adequada.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados às imobilizações em curso e consórcios durante o período de construção.

Custos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados aos gastos serão auferidos pela Companhia.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

Depreciação

A depreciação e a amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL, que refletem a vida útil econômica estimada dos bens. Como, nas autorizações outorgadas para a Companhia, não há indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e tais taxas são ajustadas para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão.

e) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços e softwares.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

f) Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, a IFRS 9/CPC 48 requer o modelo de perda esperada dos ativos financeiros, ao contrário do modelo de perda incorrida estabelecido na IAS 39/CPC 38. O modelo de perda esperada requer que a Companhia registre contabilmente a expectativa de perdas em ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

O novo modelo de perda esperada se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Este é um dos modelos a serem seguidos no caso de instrumentos financeiros que não contenham um componente significativo de financiamento, como é o caso dos ativos financeiros da Companhia.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Os ativos do Imobilizado e do Intangível têm o seu valor recuperável testado caso haja indicadores de perda de valor. Para maiores detalhes vide Notas Explicativas nºs 7 e 8.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Provisões para compromissos futuros

De acordo com o OCPC 05 - Contratos de concessão, após a entrada em operação dos empreendimentos é exigido pela legislação ambiental brasileira que sejam obtidas as licenças de operação, que dependendo dos órgãos ambientais de cada município e estado podem ter prazo entre dois e cinco anos ou ainda outro prazo, mas sempre limitado a 10 anos. Caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado deve ser registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos deve ser provisionado e registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

h) Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. A provisão para tributos sobre o lucro é calculada individualmente por entidade da Companhia com base na sistemática fiscal do lucro real aplicando-se as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento do exercício (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social).

O reconhecimento dos tributos sobre o lucro como diferidos é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, bem como dos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando existir um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de perdas fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizadas nas diferenças temporárias ou prejuízos fiscais.

i) Receita de contratos com clientes

De forma geral, para os negócios da Companhia no setor elétrico, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de energia, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base na sazonalização prevista para cada um dos contratos. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente.

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas à contratos com clientes são fornecidas abaixo. A adoção não resultou em efeito da aplicação inicial do CPC 47/IFRS 15.

Os princípios fundamentais da IFRS 15/CPC 47 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual valor espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços.

Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
- Determinar o preço da transação.
- Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
- Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

Com a IFRS 15/CPC 47, a entidade reconhece a receita quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é transferido ao cliente.

A Companhia auferir receitas provenientes principalmente pelo suprimento de energia elétrica e reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento que a energia é suprida, mediante a multiplicação do consumo físico medido pela tarifa negociada/contratada.

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, deve-se considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor.

Assim, contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência, poderão deixar de ter as respectivas receitas reconhecidas no momento do faturamento (por não ser provável o recebimento da contrapartida) e sim no momento do efetivo recebimento.

Não houve alterações no reconhecimento e mensuração dessa receita nas demonstrações financeiras em razão da adoção da nova norma quando comparado com a política anterior.

j) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

k) Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

l) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação suplementar às suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração obrigatória.

2.7 – Mudanças nas políticas contábeis

a) CPC 06 (R2)/IFRS 16

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06 (R2)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019 como arrendatária.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários e arrendadores. O arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1)/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Arrendamentos em que a Companhia é um arrendatário

A Companhia e suas controladas aplicaram o CPC 06 (R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da adoção inicial é reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17 e interpretações relacionadas.

A Companhia reconheceu novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das instalações da sede e dos terrenos onde estão localizadas as Centrais Eólicas de Santo Inácio. A natureza das despesas relacionadas àqueles

arrendamentos mudou porque a Companhia reconheceu um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Como arrendatária, a Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso como "imobilizado", no mesmo grupo que apresenta ativos da mesma natureza que são de sua propriedade. Na controladora o saldo foi registrado no grupo de "edificações" e no consolidado em "terrenos". Os valores contábeis iniciais dos ativos de direito de uso em 01 de janeiro de 2019 foram de R\$970 na controladora e R\$10.650 no consolidado. A movimentação do exercício está apresentada na nota explicativa 14.

Políticas contábeis significativas

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso como "imobilizado" e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é classificado como "empréstimos e financiamentos" nas demonstrações financeiras. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto.

A Companhia utiliza julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos nos que incluem opções de renovação, quando aplicável. A avaliação se a Companhia está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

b) Outras normas

As seguintes normas e interpretações são efetivas a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não tiveram um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- (i) IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- (ii) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28).
- (iii) Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- (iv) Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- (v) IFRS 17 Contratos de Seguros.

3 - Caixa e equivalentes de caixa

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (a).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e contas bancárias	308	861	2.268	967
Recursos mantidos em aplicações financeiras	394.259	343.294	432.901	380.074
	394.567	344.155	435.169	381.041

As aplicações financeiras correspondem a operações contratadas em instituições financeiras, sendo que todas as operações são de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Compõe-se substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários - CDB, que são acrescidos de rendimentos atrelados à variação do CDI, que variaram entre 97% a 104,5% em 2019 e 90% e 106% em 2018, conforme definido quando da contratação de cada operação.

A exposição da Companhia e de suas controladoras a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 23.

4 – Aplicações financeiras

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (a).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Recursos mantidos em aplicações financeiras	305.884	242.823	305.884	242.823
Caixa restrito	-	-	21.362	14.250
	305.884	242.823	327.246	257.073

Administração não espera utilizar estes recursos financeiros para atender compromissos operacionais no curto prazo e, portanto, encontram-se classificados separadamente ao restante das aplicações financeiras reconhecidas como caixa e equivalentes de caixa.

5 - Contas a receber

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (a).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Industrial ou equivalente	40.437	42.374	46.353	42.374
Suprimento a outras concessionárias	52.876	46.303	52.876	52.440
Câmara de comercialização de energia elétrica	-	4.369	31.363	21.880
	93.378	93.046	130.592	116.694

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não há provisão para perda esperada no contas a receber. Para maiores detalhes em relação ao risco de crédito da Companhia vide nota explicativa nº 23.

6 - Despesas antecipadas

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (a).

A Companhia optou por repactuar o risco hidrológico para os seus contratos firmados no Ambiente de Contratação Regulado ("ACR"), no escopo da lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015.

Os critérios para anuência e as demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), bem como o detalhamento dos produtos, se encontram na Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015. Os principais termos adotados pela Companhia para repactuação são como segue:

Concessão	Volume no ACR (MWmed)	Produto	Montante (MWmed)	Prazo (Meses)	Ressarcimento (R\$/MWh)	Prêmio (R\$/MWh)	Correção Anual
Usina de Porto Estrela	18,0	SP99	18,0	58	31,65	8,50	IPCA
Usina de Funil	43,0	SP97	43,0	69	27,86	6,50	IPCA
Usina de Aimorés	84,0	SP97	84,0	69	27,86	6,50	IPCA
Usina de Capim Branco	27,6	SP89	27,6	(*)	13,68	0,75	IPCA

(*) a opção pelo produto SP89 não acarretará pagamento do prêmio por parte da Companhia, uma vez que o montante repactuado referente a esta usina será suficiente para fazer frente ao prêmio por todo o período remanescente do contrato de ACR, e adicionalmente, ainda haverá extensão no prazo da concessão, a fim de que o montante previsto do ressarcimento seja integralmente realizado.

Os montantes referentes ao ressarcimento do GSF apurado para o exercício de 2015 garantem à Companhia o não recolhimento dos prêmios pelos prazos acima apresentados. Assim sendo, estes montantes foram reconhecidos como Despesas Antecipadas, até o valor suficiente para serem amortizados dentro do período remanescente das concessões. Já o valor a ser ressarcido via extensão do prazo da concessão foi reconhecido como Ativo Intangível, o qual deverá ser amortizado linearmente pelo novo prazo remanescente da concessão.

Os montantes que a Companhia mantém reconhecidos como Despesa Antecipada devido à repactuação do risco hidrológico, para a controladora e o consolidado, são como segue:

Concessão	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Usina de Porto Estrela	860	1.893
Usina de Funil	3.194	5.019
Usina de Aimorés	6.239	9.805
Usina de Capim Branco	1.497	1.677
	11.790	18.394
Classificadas como:		
Ativo circulante	6.432	6.604
Ativo não circulante	5.358	11.790
	11.790	18.394

7 - Investimentos

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (c).

(a) Composição dos saldos

		Controladora	
	Participação	31/12/2019	31/12/2018
Central Eólica Garrote S.A.	100%	89.957	-
Central Eólica Santo Inácio III S.A.	100%	111.931	-
Central Eólica São Raimundo S.A.	100%	124.862	-
Central Eólica Santo Inácio IV S.A.	100%	89.635	-
Central Eólica Acauã I	100%	810	-
Central Eólica Acauã II	100%	499	-
Central Eólica Acauã III	100%	571	-
Aliança Eólica Santo Inácio Participações S.A. (a.1)	100%	-	400.936
Ágio (mais valia de ativos)	-	9.348	9.700
Juros capitalizados	-	66.542	69.062
		494.155	479.698

(a.1) Incorporação da Aliança Eólica Santo Inácio Participações S.A.

A seguir é apresentado o acervo líquido resumido da Aliança Eólica utilizado para incorporação na data base de 17 de maio de 2019:

Ativo	17/05/2019	Passivo	17/05/2019
Circulante	717	Circulante	681
Não circulante		Não circulante	-
Investimentos	395.101		
		Patrimônio líquido	395.137
Total do ativo	395.818	Total do passivo e patrimônio líquido	395.818

(b) Movimentação dos saldos da controladora

	31/12/2019	31/12/2018
No início do exercício	479.698	427.412
Aporte controladas	1.880	-
Equivalência patrimonial	16.617	11.093
Aumento de capital	-	44.092
Amortização ágio	(353)	(379)
Juros capitalizados	(2.520)	(2.520)
Incorporação Aliança Eólica	(571)	-
Dividendos recebidos	(596)	-
No fim do exercício	494.155	479.698

Em dezembro de 2017, o parque Eólico Santo Inácio entrou em operação e iniciou-se a amortização dos juros capitalizados, considerando o período da concessão (até 2046). Em 31 de dezembro de 2019, o montante amortizado acumulado é de R\$5.040 (R\$2.520 em 31 de dezembro de 2018).

Adicionalmente, a Companhia reconhece no seu investimento o montante líquido de R\$9.347 (R\$9.700 em 31 de dezembro de 2018) referente a ágio aportado pelo acionista.

Informações das controladas

Os principais saldos patrimoniais das controladas são apresentados como seguem:

	31/12/2019					
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
Central Eólica Garrote S.A.	22.814	120.765	3.280	50.341	89.957	4.744
Central Eólica São Raimundo S.A.	28.131	165.715	5.150	63.835	124.862	2.953
Central Eólica Santo Inácio III S.A.	29.208	154.895	4.363	67.810	111.931	4.189
Central Eólica Santo Inácio IV S.A.	23.410	119.807	3.320	50.261	89.635	4.746
Central Eólica Acauã I	810	-	-	-	810	-
Central Eólica Acauã II	499	-	-	-	499	-
Central Eólica Acauã III	571	-	-	-	571	-
	105.443	561.182	16.113	232.247	418.265	16.632
	31/12/2018					
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
Controlada direta						
Aliança Eólica Santo Inácio Participações S.A.	591	400.350	5	-	400.936	11.093
Controladas indiretas						
Central Eólica Garrote S.A.	15.857	121.576	5.730	45.893	85.809	2.833
Central Eólica São Raimundo S.A.	27.661	165.131	11.660	59.223	121.909	1.732
Central Eólica Santo Inácio III S.A.	20.203	155.835	7.501	60.796	107.742	3.603
Central Eólica Santo Inácio IV S.A.	15.889	120.570	5.753	45.817	84.889	3.131
	79.610	563.112	30.644	211.729	400.349	11.299

8 – Imobilizado

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (d).

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para a controladora é como segue:

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso (a)	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2017	102.985	1.040.807	271.077	1.097.711	1.595	11.781	2.525.956
Adições	264	-	-	-	-	3.484	3.748
Baixas	-	-	-	(9)	-	-	(9)
Transferência	-	1.055	39	879	-	(1.973)	-
Em 31/12/2018	103.249	1.041.862	271.116	1.098.581	1.595	13.292	2.529.695
Adições	2.162	-	1.029	3.288	422	6.943	13.844
Baixas	(443)	-	-	-	-	-	(443)
Transferência	-	790	30	2.009	42	(3.040)	(169)
Em 31/12/2019	104.968	1.042.652	272.175	1.103.878	2.059	17.195	2.542.927
Depreciação acumulada							
Em 31/12/2017	(14.774)	(325.405)	(88.809)	(413.911)	(853)	(1.843)	(845.595)
Adições	(5.476)	(40.279)	(10.970)	(40.308)	(57)	(682)	(97.772)
Transferência	-	-	-	3	-	-	3
Em 31/12/2018	(20.250)	(365.684)	(99.779)	(454.216)	(910)	(2.525)	(943.364)
Adições	(5.856)	(40.272)	(10.738)	(39.924)	(59)	(463)	(97.312)
Em 31/12/2019	(26.106)	(405.956)	(110.517)	(494.140)	(969)	(2.988)	(1.040.676)
Valor líquido							
Líquido em 31/12/2018	82.999	676.178	171.337	644.365	685	10.767	1.586.331
Líquido em 31/12/2019	78.862	636.696	161.658	609.738	1.090	14.207	1.502.251
Taxa média de depreciação	5,62%	3,86%	3,95%	3,63%	3,23%	3,04%	3,84%

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para o consolidado é como segue:

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobiliza do em curso (a)	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2017	106.416	1.040.359	338.081	1.670.546	4.606	9.459	3.169.467
Adições	264	-	551	1.065	-	8.046	9.926
Baixas	-	-	-	(2.419)	(5)	(557)	(2.981)
Transferência	-	1.055	(43.615)	41.484	27	1.049	-
Em 31/12/2018	106.680	1.041.414	295.017	1.710.676	4.628	17.997	3.176.412
Adições	12.597	-	1.029	3.288	12.591	12.590	42.095
Baixas	(1.198)	-	-	-	-	(39)	(1.237)
Transferência	-	790	30	6.603	43	(7.635)	(169)
Em 31/12/2019	118.079	1.042.204	296.076	1.720.567	17.262	22.913	3.217.101
Depreciação acumulada							
Em 31/12/2017	(14.774)	(325.405)	(88.983)	(415.390)	(866)	(1.843)	(847.261)
Adições	(5.479)	(40.279)	(11.861)	(69.074)	(172)	(794)	(127.659)
Baixas	-	-	175	1.454	11	-	1.640
Em 31/12/2018	(20.253)	(365.684)	(100.669)	(483.010)	(1.027)	(2.637)	(973.280)
Adições	(6.206)	(40.272)	(11.580)	(66.669)	(156)	(573)	(125.456)
Em 31/12/2019	(26.459)	(405.956)	(112.249)	(549.679)	(1.183)	(3.210)	(1.098.736)
Valor líquido							
Em 31/12/2018	86.427	675.730	194.348	1.227.666	3.601	15.360	2.203.132
Em 31/12/2019	91.620	636.248	183.827	1.170.888	16.079	19.703	2.118.365
Taxa média de depreciação	5,52%	3,87%	3,92%	3,89%	1,43%	2,80%	3,93%

(a) A depreciação apresentada no imobilizado em curso está relacionada às peças sobressalentes incluídas em tal rubrica.

No total de imobilizado no consolidado estão incluídos os juros capitalizados de empréstimos no montante líquido de R\$66.542 em 31 de dezembro 2019 e R\$69.062 em 31 de dezembro de 2018. Na controladora os referidos juros estão capitalizados no investimento.

Rompimento de barragem de rejeitos em Mariana

Em 5 de novembro de 2015 a Companhia tomou conhecimento do rompimento da barragem de rejeitos de uma mineradora, na região de Mariana.

A região afetada faz parte da bacia de contribuição ao reservatório da Usina Risoleta Neves, que é alimentada pelo Rio Doce. A referida Usina é administrada pelo Consórcio Candonga, no qual a Aliança detém participação de 50%. A expectativa da Companhia é de que a Usina de Candonga retorne as operações até março de 2021.

Devido às consequências do incidente em Mariana, os ativos referentes à Usina de Candonga tiveram os seus valores recuperáveis avaliados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para cálculo do valor recuperável, a Administração utilizou o método de fluxo de caixa descontado, considerando os orçamentos financeiros aprovados pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, os contratos de venda de energia firmados até o final da concessão,

bem como premissas futuras para o *generation scaling factor* (GSF) e para o preço de liquidação das diferenças (PLD). A taxa de desconto utilizada na avaliação foi de 12,67% e a taxa de inflação de longo prazo utilizada nos fluxos projetados foi de 4,3%.

O valor recuperável dos referidos ativos, mensurado em 31 de dezembro 2019, não apresentou perdas e, conseqüentemente, a Companhia não reconheceu em seu resultado qualquer montante referente à redução ao valor recuperável de ativos para esta unidade geradora de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Referente às premissas chaves, não há mudança em relação às utilizadas em períodos anteriores.

Até a data de apresentação destas demonstrações financeiras a Companhia não tomou conhecimento de nenhum fato novo que modificasse as conclusões alcançadas no último teste de recuperabilidade realizado.

A Companhia ressalta que durante todo o processo desencadeado pelo rompimento da barragem de rejeitos tem atuado em conformidade com as orientações dos órgãos reguladores em todas as suas atividades executadas, e está monitorando a situação mantendo-se em contato constante com as diversas entidades responsáveis, bem como com os governos locais.

Como, nas autorizações outorgadas para a Companhia, não há indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão.

Consórcios

A parcela da Companhia em cada um dos ativos alocados aos consórcios é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo imobilizado. Os ativos, passivos, receitas e despesas dos consórcios (entidades sem personalidade jurídica) sobre os quais a Companhia participa são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, com base nas respectivas participações nos consórcios.

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da Companhia. A parcela da Companhia em cada um dos ativos e passivos alocados aos consórcios é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo imobilizado apresentadas acima. Os investimentos acumulados, por empreendimento, para a controladora e consolidado, são como segue:

Descrição	Participação na Energia Gerada	Em serviço		Em curso	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
UHE Capim Branco	87,37%	546.671	575.528	3.724	3.208
UHE Candonga	50,00%	79.005	83.426	411	608
UHE Porto Estrela	66,67%	43.366	46.776	668	76
UHE Igarapava	52,65%	82.001	90.952	668	278
		751.043	800.551	5.471	3.421

9 – Intangível

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (e).

A composição e movimentação do ativo intangível para a controladora é como segue:

	Licenças ambientais	Direito de Uso do bem público	Servidão	Softwares	Direito de extensão de concessão	Intangível em curso	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2017	111.030	141.817	1.112	1.422	1.267	-	256.648
Adições	-	-	19	-	-	-	19
Baixas	(5.695)	-	-	-	-	-	(5.695)
Transferência	-	(37)	-	-	-	-	(37)
Em 31/12/2018	105.335	141.780	1.131	1.422	1.267	-	250.935
Adições	3.585	-	-	-	-	459	4.044
Baixas	(1.644)	-	-	-	-	-	(1.644)
Transferências	-	-	-	232	-	(63)	169
Em 31/12/2019	107.276	141.780	1.131	1.654	1.267	396	253.504
Amortização acumulada							
Em 31/12/2017	(35.880)	(22.451)	(156)	(922)	(116)	-	(59.525)
Adições	(19.881)	(8.007)	(52)	(226)	(58)	-	(28.224)
Transferência	-	37	-	-	-	-	37
Em 31/12/2018	(55.761)	(30.421)	(208)	(1.148)	(174)	-	(87.712)
Adições	(17.543)	(7.970)	(52)	(234)	(59)	-	(25.858)
Em 31/12/2019	(73.304)	(38.391)	(260)	(1.382)	(233)	-	(113.570)
Valor líquido							
Em 31/12/2018	49.574	111.359	923	274	1.093	-	163.223
Em 31/12/2019	33.972	103.389	871	272	1.034	396	139.934
Taxa média de amortização	16,50%	5,62%	4,60%	15,21%	4,66%	-	10,25%

A composição e movimentação do ativo intangível para o consolidado é como segue:

	Direito de uso	Licenças ambientais	Direito de Uso do bem público	Servidão	Softwares	Direito de extensão de concessão	Intangível em curso	TOTAL
Custo de aquisição								
Em 31/12/2017	11.512	113.017	141.817	1.112	1.423	1.267	-	270.148
Adições	-	306	-	19	-	-	-	325
Baixas	-	(6.049)	-	-	-	-	-	(6.049)
Transferência	-	-	(37)	-	-	-	-	(37)
Em 31/12/2018	11.512	107.274	141.780	1.131	1.423	1.267	-	264.387
Adições	-	3.585	-	-	-	-	460	4.045
Baixas	-	(1.659)	-	-	-	-	-	(1.659)
Transferências	-	-	-	-	232	-	(63)	169
Em 31/12/2019	11.512	109.200	141.780	1.131	1.655	1.267	397	266.942
Amortização acumulada								
Em 31/12/2017	-	(35.880)	(22.451)	(156)	(922)	(116)	-	(59.525)
Adições	(440)	(20.273)	(8.007)	(52)	(226)	(58)	-	(29.056)
Baixas	2	27	-	-	-	-	-	29
Transferência	-	-	37	-	-	-	-	37
Em 31/12/2018	(438)	(56.126)	(30.421)	(208)	(1.148)	(174)	-	(88.515)
Adições	(404)	(18.003)	(7.970)	(52)	(234)	(59)	-	(26.722)
Em 31/12/2019	(842)	(74.129)	(38.391)	(260)	(1.382)	(233)	-	(115.237)
Valor líquido								
Em 31/12/2018	11.074	51.148	111.359	923	275	1.093	-	175.872
Em 31/12/2019	10.670	35.071	103.389	871	273	1.034	397	151.705
Taxa média de amortização	7,06%	16,25%	5,62%	4,60%	15,20%	4,66%	-	10,06%

Os ativos intangíveis servidão, concessão onerosa e outros são amortizáveis pelo método linear que representam o padrão de consumo destes direitos. Como, nas autorizações outorgadas para a Companhia, não há indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de amortização para que todos os ativos sejam amortizados dentro do período da concessão. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

10 – Fornecedores

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (a).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Compra de energia elétrica (contratos no ACL)	23.813	4.456	23.813	4.456
Encargos de uso da rede elétrica	53	169	53	169
Fornecedores de materiais e serviços	14.005	8.796	16.303	15.115
Câmara de comercialização de energia elétrica	4.648	-	4.648	-
	42.519	13.421	44.817	19.740

11 - Tributos a recolher sobre o lucro

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (h).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda	66.714	65.791	66.714	68.213
Contribuição social	17.344	23.685	17.948	24.556
	84.058	89.476	84.662	92.769

11.1 - Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

A Companhia possui débitos tributários diferidos de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, referentes aos efeitos de diferenças temporárias relacionadas aos seguintes itens:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Créditos tributários				
Concessão com outorga onerosa (UBP)	10.059	7.383	10.059	7.383
Provisão para demandas judiciais	64.428	40.362	64.428	40.362
Demais provisões	4.692	3.777	4.509	4.836
Provisões para compromissos socio ambientais	(664)	-	(631)	-
Outros	(125)	1.175	264	1.541
	78.390	52.697	78.629	54.122
Obrigações diferidas				
Juros capitalizados - CPC 20	(23.549)	(23.481)	(23.549)	(23.481)
Depreciação fiscal	(47.148)	(34.617)	(47.148)	(34.617)
	(70.697)	(58.098)	(70.697)	(58.098)
	7.693	(5.401)	7.932	(3.976)
Total do ativo	7.693	-	7.932	1.425
Total do passivo	-	(5.401)	-	(5.401)
	7.693	(5.401)	7.932	(3.976)

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	(5.401)	(10.962)	(3.976)	(10.962)
Efeitos alocados às demonstrações de resultados	13.094	5.561	11.908	6.986
Saldo no final do exercício	7.693	(5.401)	7.932	(3.976)

11.2 - Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado para controladora e consolidado no exercício 2019 e 2018 conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	338.010	294.361	339.470	297.798
Alíquota vigente - imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Despesa nominal esperada	(114.924)	(100.083)	(115.420)	(101.251)
Diferenças permanentes - efeitos fiscais incidentes sobre:				
Resultado de equivalência patrimonial	5.650	3.771	-	-
Reversão de provisões	-	-	(1.175)	-
Diferença regime tributário – lucro presumido	-	-	3.951	-
Créditos tributários não constituídos	-	-	-	1.492
Incentivo fiscal da Sudene	-	-	724	-
Reversão de IRPJ/CSLL pagos a maior	-	-	829	-
Dedução de prejuízo fiscal acumulado	-	-	356	-
Outros	226	270	227	280
Despesa no resultado	(109.048)	(96.042)	(110.508)	(99.479)
Imposto corrente	(122.142)	(101.603)	(122.416)	(106.465)
Imposto diferido	13.094	5.561	11.908	6.986
	(109.048)	(96.042)	(110.508)	(99.479)
Alíquota efetiva	32%	33%	33%	33%

12 - Concessões a pagar

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (a).

	Porto Estrela	Capim Branco	Candonga	Controladora e Consolidado
Saldo em 31/12/2017	277.167	25.707	1.857	304.731
Efeitos financeiros reconhecidos	33.535	3.813	245	37.593
Amortizações	(39.310)	(4.778)	(338)	(44.426)
Saldo em 31/12/2018	271.392	24.742	1.764	297.898
Efeitos financeiros reconhecidos	41.919	5.164	295	47.378
Amortizações	(41.974)	(5.148)	(356)	(47.478)
Saldo em 31/12/2019	271.337	24.758	1.703	297.798

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Passivo circulante	41.990	33.597
Passivo não circulante	255.808	264.301
	297.798	297.898

a) Vencimentos das concessões a pagar apresentadas no passivo para controladora e consolidado são conforme segue:

2020	41.990
2021 a 2025	147.118
2026 a 2030	88.698
2031 em diante	19.992
	297.798

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente sobre os fluxos de caixa esperados para outorga onerosa dos contratos de concessão utilizando uma taxa média de desconto nominal de 13,84%, e embute a inflação prevista no pagamento das parcelas.

13 – Financiamentos e debêntures

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (a).

A composição dos financiamentos e debêntures para controladora e consolidado é como segue:

Descrição	Vencimento	Encargos anuais médios (%)	Moeda	Controladora		Consolidado	
				31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Debêntures – 1ª emissão	10/07/2020	111,5% da DI	R\$	144.073	289.120	144.073	289.120
Debêntures – 2ª emissão	15/12/2029	IPCA + 3,65%	R\$	76.750	-	76.750	-
Finem BNDES	16/01/2034	TJLP + 2,48%	R\$	-	-	216.282	226.167
Total				220.823	289.120	437.105	515.287
Classificadas como:							
Passivo circulante				152.305	149.120	161.265	167.557
Passivo não circulante				68.518	140.000	275.840	347.730
				220.823	289.120	437.105	515.287

a) Debêntures

A 1ª e a 2ª Emissões de Debêntures da Aliança, possuem cláusulas restritivas com base nas demonstrações financeiras semestrais, onde o índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA não deverá ser maior ou igual a 3,5. O índice obtido em 31 de dezembro de 2019 é inferior ao citado parâmetro. Ademais, possuem ainda outras cláusulas de restrições como mudança, transferência ou cessão do controle societário, incorporação, fusão e cisão sem a prévia anuência do credor, dentre outras. Cumpre ressaltar que a Companhia está adimplente à totalidade das cláusulas restritivas prevista no citado contrato.

b) Finem BNDES

Em 08 de dezembro de 2017 a Companhia, suas subsidiária Aliança Eólica Santo Inácio Participações (“Aliança Eólica”) e as subsidiárias Central Eólica Santo Inácio III, Central Eólica Santo Inácio IV, Central Eólica São Raimundo e Central Eólica Garrote (“SPEs”) assinaram, em conjunto, o Contrato de Financiamento (“Contrato de Financiamento”) e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças (“Contrato de Cessão”), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O financiamento era condição prevista no Plano de Negócios do Parque Eólico Santo Inácio, possui volume financeiro de R\$243.500,00, prazo de pagamento em 16 anos e remuneração definida pela taxa TJLP + 2,48% ao ano.

Foram dados em garantia: (i) penhor da totalidade das ações da Aliança Eólica, (ii) penhor da totalidade das ações das SPEs, (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios provenientes dos contratos de compra e venda de energia das SPEs, (iv) cessão fiduciária de quaisquer outros direitos e/ou receitas das SPEs, (v) cessão fiduciária dos créditos que venham a ser depositados nas contas centralizadoras das SPEs e da Aliança Eólica, (vi) cessão fiduciária dos direitos emergentes da autorização das SPEs dada pela Aneel, (vii) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento, supervisão, montagem e comissionamento dos aerogeradores, (viii) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de operação e manutenção do Parque Eólico Santo Inácio, (ix) penhor das máquinas e equipamentos das SPEs e, (x) prestação de fiança corporativa da Companhia, responsabilizando-se solidariamente pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas até a liquidação total do contrato de financiamento.

Dentre as obrigações assumidas, comuns a este tipo de contrato, destaca-se a manutenção por parte das SPEs do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) em um nível igual ou superior a 1,3 (um inteiro e três décimos), medido e auditado anualmente com base nos valores apurados nas demonstrações financeiras dos últimos doze meses. Caso deixe de atingir o ICSD exigido, as SPEs incorrerão em aumento do número de parcelas retidas nas contas reserva do serviço da dívida, que passarão de três vezes para seis vezes o valor do último pagamento mensal ao BNDES.

Os compromissos estabelecidos nos contratos de financiamento e debêntures estão sendo cumpridos pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2019.

1º Aditivo ao Contrato de Financiamento e ao Contrato de Cessão

Em 31 de maio de 2019 foi assinado o 1º Aditivo ao Contrato de Financiamento e o 1º Aditivo ao Contrato de Cessão que, dentre outras medidas, autorizou: (i) a incorporação da Aliança Eólica pela Aliança Geração; (ii) a redistribuição de obrigações da Aliança Eólica; (iii) a redistribuição de garantias relacionadas à Aliança Eólica; e (iv) a postergação do prazo máximo da emissão de debêntures previstas nos contratos.

2º Aditivo ao Contrato de Financiamento, 2º Aditivo ao Contrato de Cessão, Contrato de Penhor de Ações (“Contrato de Penhor de Ações”) e Contrato de Penhor de Máquinas e Equipamentos (“Contrato de Penhor de Máquinas e Equipamentos”)

Em 28 de junho de 2019 foram assinados o 2º Aditivo ao Contrato de Financiamento, o 2º Aditivo ao Contrato de Cessão, o Contrato de Penhor de Ações e o Contrato de Penhor de Equipamentos, junto ao BNDES e à Simplific Pavarini (com exceção do 2º Aditivo ao Contrato de Financiamento), sendo atribuído, dentre outras questões, a desconstituição e a constituição de garantias com vistas a permitir a extensão desses direitos em favor dos debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures da Aliança, representados pelo Agente Fiduciário.

A movimentação dos financiamentos e debêntures para a controladora e consolidado é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	364.409	601.012
Encargos financeiros	22.272	43.919
Amortização do principal	(70.000)	(83.975)
Amortização de juros	(27.561)	(45.669)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	289.120	515.287
Financiamentos obtidos, líquidos do custo de transação	74.067	75.490
Encargos financeiros	14.440	33.310
Amortização do principal	(140.000)	(152.457)
Amortização de juros	(16.804)	(34.525)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	220.823	437.105

O principal indexador utilizado para atualização monetária dos financiamentos e debêntures teve as seguintes variações acumuladas anualizadas:

Indexador	31/12/2019	31/12/2018
CDI	4,40%	6,4%
TJLP	5,57%	7,0%

O vencimento dos financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante é conforme segue:

Evento	Controladora	Consolidado
2021	2.926	12.745
2022	4.235	14.731
2023	5.005	16.344
2024	7.700	19.950
2025 a 2029	48.652	126.342
2030 a 2034	-	85.729
Financiamentos e debêntures	68.518	275.840

c) Compromissos financeiros contratuais (covenants)

Os contratos de dívida da Companhia possuem cláusulas de compromissos financeiros contratuais (covenants). Os compromissos estabelecidos nos contratos de financiamento e debêntures estão sendo cumpridos pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2019.

d) Garantias

Em 31 de dezembro de 2019, houve atualizações nas garantias relacionadas ao Finem BNDES, conforme descritas no item b.

14 - Arrendamentos

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (a) e 2.7.

Em 01 de janeiro de 2019, a Companhia reconheceu ativo de direito de uso e passivo de arrendamento a pagar em decorrência da adoção das alterações do CPC 06 (R2), conforme mencionado na nota explicativa 2.7 - Mudanças nas políticas contábeis.

	Taxa	Vencimento	Controladora	Consolidado
			31/12/2019	31/12/2019
Prédios				
Sede – Aliança	7,93%	2020	R\$ 482	482
Sede – Consórcio Candonga	6,13%	2021	R\$ 20	20
Sede – Consórcio Porto Estrela	8,45%	2022	R\$ 37	37
Veículos				
Aliança – UHE Funil	6,41%	2022	R\$ 195	195
Aliança – UHE Aimorés	7,11%	2021	R\$ 227	227
Terrenos				
Conjuntos Eólicos	10,57%	2046	R\$ -	9.605
Máquinas e equipamentos				
Equipamentos PAE	6,12%	2024	R\$ 3.284	3.284
Total			4.245	13.850
Classificadas como:				
Passivo circulante			1.467	2.432
Passivo não circulante			2.778	11.418
			4.245	13.850

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2019	970	10.650
Adições	3.764	3.765
Pagamento de arrendamento	(546)	(1.560)
Juros reconhecidos no resultado do exercício	57	995
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.245	13.850

O vencimento dos arrendamentos apresentados no passivo não circulante é conforme segue:

Vencimento	Controladora	Consolidado
2021	812	1.685
2022	640	1.432
2023	579	1.298
2024	482	1.136
2025 a 2029	265	2.726
2030 a 2046	-	3.141
Arrendamentos	2.778	11.418

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. As taxas de desconto médias utilizadas para cálculo do valor presente foram de 7,53%. A Companhia reconhece um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento.

15 - Encargos regulatórios a recolher

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (a).

A composição dos encargos setoriais a recolher é conforme segue:

Encargos	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos	4.932	3.891
Pesquisa e desenvolvimento	21.468	17.384
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	297	1.098
	26.697	22.373
Classificados como:		
Passivo circulante	6.146	4.991
Passivo não circulante	20.551	17.382
	26.697	22.373

Encargos	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos	4.957	3.891
Pesquisa e desenvolvimento	21.468	17.384
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	297	1.098
	26.722	22.373
Classificados como:		
Passivo circulante	6.171	4.991
Passivo não circulante	20.551	17.382
	26.722	22.373

16 - Provisão para compromissos futuros

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (g).

A movimentação da provisão para a controladora e consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é conforme segue:

	Aimorés	Candonga	Capim Branco	Funil	Igarapava	Controladora	Centrais Eólicas (a)	Consolidado
Saldo em 31/12/2017	52.233	4.118	2.221	14.875	-	73.447	5.002	78.449
Adições	(4.253)	(2.500)	(399)	1.456	-	(5.696)	-	(5.696)
Pagamentos	(15.782)	(186)	(897)	(2.562)	-	(19.427)	(636)	(20.063)
Atualização	3.829	284	165	932	-	5.210	494	5.704
Saldo em 31/12/2018	36.027	1.716	1.090	14.701	-	53.534	4.860	58.394
Adições / (Baixas)	4.262	(580)	(14)	(5.013)	3.818	2.473	12.153	14.626
Pagamentos	(20.189)	(141)	(1.211)	(2.704)	(376)	(24.621)	(912)	(25.533)
Atualização	2.709	114	142	988	155	4.108	493	4.601
Saldo em 31/12/2019	22.809	1.109	7	7.972	3.597	35.494	16.594	52.088

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Passivo circulante	18.350	22.220	18.660	23.081
Passivo não circulante	17.144	31.314	33.428	35.313
	35.494	53.534	52.088	58.394

(a) O saldo das provisões das Centrais Eólicas se refere aos compromissos socioambientais e desmantelamento.

Considerando que: (i) a Companhia obtém licenças ambientais e, consequentemente, deve cumprir as obrigações nelas constantes para operar; (ii) essa obrigação decorre de eventos já ocorridos; e (iii) se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no seu ativo intangível conforme estabelecido pelo OCPC 05 - Contratos de Concessão. Durante o prazo de vigência das licenças de operação tais custos são registrados no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudança no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros durante a fase de operação de seus empreendimentos em operação.

A provisão foi constituída para as usinas que possuem licença operacional em vigor. A Companhia atualizou a renovação da licença de operação para usina Porto Estrela.

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente para mensuração do valor das provisões para compromissos futuros utilizando uma taxa média de desconto nominal de 5,94%.

17 - Processos judiciais

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (g).

a) Provisões para processos judiciais

A composição dos passivos contingentes da Companhia se refere basicamente às contingências associadas aos ativos aportados na Companhia por seus dois acionistas.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, e nas quais a Companhia figura no polo passivo baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação.

Segue abaixo a movimentação para a Controladora:

	Ambiental	Cíveis	Trabalhistas	Regulatório	Total
Saldo em 31/12/2017	4.697	13.474	481	73.845	92.497
Adições/atualizações	244	1.599	338	44.964	47.145
Reversões/pagamentos	(414)	(388)	(306)	-	(1.108)
Saldo em 31/12/2018	4.527	14.685	513	118.809	138.534
Adições	72.239	1.013	226	-	73.478
Atualizações	99	895	360	70.127	71.481
Reversões/pagamentos	(3.111)	(1.170)	(160)	-	(4.441)
Saldo em 31/12/2019	73.754	15.423	939	188.936	279.052

Segue abaixo a movimentação para o Consolidado:

	Ambiental	Cíveis	Trabalhistas	Regulatório	Total
Saldo em 31/12/2017	4.697	13.474	481	73.845	92.497
Adições/atualizações	244	1.599	338	44.964	47.145
Reversões/pagamentos	(414)	(388)	(306)	-	(1.108)
Saldo em 31/12/2018	4.527	14.685	513	118.809	138.534
Adições	72.239	1.013	247	-	73.499
Atualizações	99	895	360	70.127	71.481
Reversões/pagamentos	(3.111)	(1.170)	(181)	-	(4.462)
Saldo em 31/12/2019	73.754	15.423	939	188.936	279.052

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

Processos judiciais relativos a passivos contingentes cuja expectativa de perda é provável e para os quais foram constituídas provisões

Os valores apresentados para as provisões refletem as melhores expectativas dos desembolsos futuros para as contingências relacionadas a elas, sendo os detalhes sobre os principais processos judiciais relativos a estas provisões conforme segue:

Ações regulatórias

Ação para retorno de Candonga ao MRE com Pedido Liminar

Em 6 de maio de 2016, a ANEEL emitiu despacho suspendendo a operação comercial das três unidades geradoras da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves (“Candonga”). O referido despacho foi publicado em 9 de maio de 2016, data da efetiva suspensão da operação comercial imposta pela ANEEL, a qual implicou em um substancial aumento do custo com compra de energia por parte da Companhia desde então.

Em fevereiro de 2017, após a confirmação da decisão, a Companhia ajuizou ação questionando tal decisão da ANEEL, uma vez que entende que não pode ser responsabilizada pelos impactos em sua Usina advindos do rompimento da barragem em Mariana. Adicionalmente, a Aliança teve, no início de abril de 2017, um pedido de liminar deferido pela Justiça Federal de Minas Gerais. Em decisão, o juiz apontou excludente de responsabilidade da Companhia pela falta de condição operativa da Usina de Candonga, uma vez que tal situação foi ocasionada por caso fortuito extremo.

Nesta mesma decisão, o juiz determinou que a Usina fosse considerada como participante efetiva do MRE, bem como que tivesse expurgados todos os efeitos decorrentes de sua indisponibilidade no período. Dessa forma, a Aliança teve contabilizados a seu favor – no âmbito da CCEE – todos os montantes referentes à suspensão da operação de Candonga.

O pedido liminar deferido em favor da Aliança se refere a um processo judicial movido pela própria Companhia e ainda em curso.

Assim sendo dada a incerteza referente a qual fato geraria a obrigação da Companhia de devolver os valores já efetivamente realizados, a Aliança provisiona o montante total de R\$188.936 (R\$ 118.809 em 31 de dezembro de 2018), que se referem valores efetivamente realizados na CCEE através da liquidação de curto prazo.

Ações cíveis

Ação Cível Pública COPASA com Pedido Liminar

Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais em face da Companhia de Saneamento Básico (COPASA) e Aliança Geração de Energia S.A., a fim de que sejam providenciadas as obras de pavimentação asfáltica que ficaram inacabadas no município de Resplendor, objeto de convênio firmado entre o então Consórcio da Usina de Aimorés – CHA e a COPASA.

A execução de todas as obrigações constantes no convênio era da empresa de saneamento, sendo obrigação do Consórcio, tão somente, a realização dos pagamentos relativos às execuções civis.

Por motivos alheios à gestão do Consórcio as execuções não foram finalizadas, tendo expirado o prazo de validade do convênio.

A ação está provisionada como perda provável, no montante de R\$10.643 (R\$10.328 em 31 de dezembro de 2018) uma vez que o valor é devido e deverá ser repassado.

Desapropriação Capim Branco

A ação foi originariamente distribuída por não ter sido possível a desapropriação amigável da propriedade relativa ao espólio para a implantação do empreendimento em razão dos valores apresentados.

O juiz, entendendo que o valor justo a título de desapropriação é aquele que representa o valor do imóvel acrescido das benfeitorias realizadas, em 19 de outubro de 2016 prolatou decisão de primeira instância declarando a expropriação mediante o pagamento da importância remanescente de R\$ 311, a título de justa indenização, atualizada monetariamente, de 28 de dezembro de 2007, até o efetivo pagamento, acrescida de juros compensatórios de 12% ao ano, calculados sobre a diferença apurada entre o valor ofertado em juízo (R\$ 36) e o valor fixado nos fundamentos desta sentença (R\$347) contados a partir da prévia imissão de posse em 25/08/2006.

Em 10 de fevereiro de 2017 foi distribuído o recurso de Apelação, tendo a decisão sido prolatada em 14 de agosto de 2018, determinando que para fins do cálculo da diferença entre o depósito inicial e o valor total da indenização, devem ser considerados os valores atualizados. Logo, no que se refere à indenização, a correção monetária deve incidir desde a data da elaboração do laudo pericial, e no caso do depósito, esse deve ser corrigido desde a data em que o valor foi efetivamente depositado em conta judicial remunerada.

Apresentado Embargos Declaratórios, o recurso não foi provido e a demanda foi remetida para os tribunais superiores.

A ação está provisionada como perda provável, no montante de R\$1.442 (R\$1.227 em 31 de dezembro de 2018).

Desapropriação Aimorés

Trata-se o presente caso de Ação de Desapropriação, objetivando a transferência das propriedades constantes das matrículas 12.231 e 10.588 do Cartório de Resplendor-MG, haja vista que se localizam em área declarada como de utilidade pública para construção da Usina Hidrelétrica de Aimorés.

Após instrução do feito, o juízo de primeira instância proferiu sentença em que julgou parcialmente procedentes os pleitos autorais, tendo sido, então, distribuídos recursos pela parte adversa.

Os recursos não foram analisados já que a ação está sobrestada em razão de Recurso Repetitivo pendente de julgamento no STJ, que versa sobre a taxa de juros compensatórios em valores relativos à desapropriação.

Dessa forma, não existe decisão final sobre a questão e o provisionamento é relativo a valores que a empresa entende como razoáveis para a indenização, sendo certo que ainda haverá a liquidação de sentença.

A ação está provisionada como perda provável, no montante de R\$1.386 (R\$0 em 31 de dezembro de 2018).

Ações ambientais

Preservação permanente do entorno do reservatório - nº N 0702.09.616.272-3

Trata-se de ação foi distribuída pelo Ministério Público Estadual contra o CCBE e o Estado de Minas Gerais, alegando que não teriam sido observadas as regras da Lei Federal nº 4.771/1965, atualmente revogada pela Lei Federal nº 12.651/2012, quanto à formação das áreas de preservação permanente do entorno dos reservatórios das usinas de Amador Aguiar I e II ("AHEs Capim Branco"). De acordo com o MPE, a área que compõe a APP do entorno dos reservatórios seria de 100 metros e deveria ter sido integralmente adquirida ou desapropriada pelo CCBE, nos termos do artigo 4º, §6º, da Lei

Federal nº 4.771/1965, não sendo legítima a instituição de “servidão civil” na faixa de 100 metros de APP, conforme previu o licenciamento ambiental dos AHES.

Os pedidos foram julgados parcialmente procedentes em primeira e segunda instância para determinar ao Consórcio que institua, no prazo de 01 ano, a área de preservação permanente no entorno do reservatório da Usina Hidrelétrica Capim Branco, com extensão de 100 metros lineares a partir da cota inundada, sob pena de multa diária. A narrativa da inicial é construída em torno da necessidade de o empreendedor adquirir ou desapropriar a APP, mas não há referência expressa à necessidade de reflorestar, de modo que a determinação judicial é entendida pela Companhia e seus assessores jurídicos como obrigação unicamente de aquisição/desapropriação da área de 100 metros no entorno do reservatório correspondente a APP.

O Acórdão foi atacado por Recurso Especial ao STJ, que conheceu parcialmente o recurso e, no mérito, negou-lhe provimento. O Consórcio interpôs agravo interno, ao qual igualmente foi negado provimento. Atualmente, aguardamos julgamento do Recurso Extraordinário apresentado ao STF, todavia, no atual contexto, os assessores jurídicos consideram remotas as chances de êxito da ação (perda provável).

O valor estimado para cumprimento da obrigação de adquirir a Área de Preservação Permanente no entorno do reservatório, nos limites impostos pela condenação, é de R\$ 82.326, conforme laudos de avaliação de mercado do hectare na região, elaborado em janeiro de 2020, por empresa especializada contratada pelo Consórcio. Deste total, considerando a participação da Aliança no Consórcio Capim Branco, foram provisionados em dezembro de 2019 R\$71.927, os quais, não obstante, constituem obrigação anterior à constituição da Companhia e, por esta razão, serão alocados na conta de contingências de responsabilidade das acionistas, nos termos da Cláusula 11ª do Acordo Definitivo de Associação.

Homologação de pagamento de compensação ambiental

Trata-se de Ação Civil Pública, que tramitou perante a 6ª Vara da Justiça Federal em Belo Horizonte e foi suspensa em junho de 2007, em razão da criação da Seção Judiciária de Governador Valadares, para onde os autos foram remetidos em setembro de 2010, onde continua tramitando.

Em maio de 2014, o Ministério Público Federal em Governador Valadares requereu que fosse efetuado, em juízo, o depósito do valor estipulado para compensação ambiental, o que foi realizado em maio de 2014, à disposição do juízo, da importância de R\$1.780.

Em setembro de 2018 foi publicada sentença de primeira instância, reconhecendo a legitimidade da destinação da compensação ambiental ao órgão estadual, determinando ainda, que a Aliança procedesse ao depósito complementar de valores relativos à correção monetária do valor originário determinado, relativo ao período de abril de 2003 a maio de 2014. Conforme determinado, foi realizado depósito complementar, no valor de R\$1.656, não havendo que se falar em obrigações adicionais da Aliança.

Os valores estão disponíveis em juízo.

Outras ações

A Companhia é parte em outras ações que são individualmente de menor relevância, mas cujo prognóstico de perda é provável, de forma que são mantidas provisões nos seguintes montantes: R\$2.596 (R\$4.357 em 31 de dezembro de 2018) para ações cíveis, R\$1.944 (R\$2.747 em 31 de dezembro de 2018) para ações ambientais e, R\$822 (R\$562 em 31 de dezembro de 2018) para ações trabalhistas.

Processos judiciais relativos a passivos contingentes cuja expectativa de perda é possível e para os quais não foram constituídas provisões

A Companhia possui passivos contingentes referentes a processos judiciais para os quais acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial e que, portanto, sua expectativa de perda é considerada possível.

Segue abaixo a movimentação para a Controladora:

	31/12/2019	31/12/2018
Ambiental	32.715	8.725
Cíveis	21.731	13.929
Regulatório	25.156	24.102
Outras	384	206
	79.986	46.962

Segue abaixo a movimentação para o Consolidado:

	31/12/2019	31/12/2018
Ambiental	32.886	8.725
Cíveis	21.740	13.929
Regulatório	25.156	24.102
Outras	384	206
	80.166	46.962

Os detalhes para os principais valores apresentados como seguem:

Ações regulatórias

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

Trata-se de ação ajuizada por Aliança Geração de Energia S.A. contra a União Federal, com pedido de antecipação de tutela, para que a União e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, se abstenham de praticar qualquer ato que, com fundamento na Resolução CNPE nº 03/2013.

Isso porque a Resolução CNPE nº 3, de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em abril de 2015, a Companhia obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada. A União Federal interpôs agravo de instrumento contra a decisão liminar de primeira instância e aguarda-se julgamento deste agravo pelo Tribunal Regional Federal.

Conforme estimativas da Companhia o valor da contingência é de, aproximadamente R\$22.855 (R\$24.102 em 31 de dezembro de 2018), atualizados. Com base nos argumentos e considerando que o assunto dependerá de futura decisão do governo, os assessores jurídicos da Companhia consideraram o risco de perda desta contingência como possível. Em fevereiro de 2018 foi prolatada decisão de primeira instância favorável aos pedidos da autora, tendo sido apresentados pelos adversos recursos ainda não analisados.

Ações cíveis

Atividade Pesqueira

São 9 ações cíveis com valor total de R\$2.052 (R\$4.330 em 31 de dezembro de 2018) propostas por pescadores da região da UHE Aimorés que alegam que a construção do empreendimento hidrelétrico comprometeu a atividade pesqueira da região e pleiteiam, em sua maioria, indenização por danos materiais. Apesar das ações propostas, a Companhia já possui uma força tarefa na UHE de Aimorés onde foi desenvolvido um Programa de Readequação para Pescadores que visa reativar economicamente os pescadores das cidades onde o empreendimento atua. Isso porque a atividade da pesca profissional encontra-se dificultada na região, não apenas pela implantação da Usina de Aimorés, mas principalmente pela degradação geral da bacia do rio Doce, causada pela baixa qualidade da água, decorrente do lançamento de grandes

quantidades de defensivos agrícolas e de esgoto não tratado no rio, da redução da quantidade da água e do assoreamento, da falta de mata ciliar e da proteção das encostas e dos topos de morro. Atualmente, o programa abrange 123 pescadores e oferece o assessoramento e oportunidade de desenvolverem uma nova atividade produtiva, de forma que eles tenham condições de obter emprego e renda.

Ação Civil Pública em face da Samarco Mineração S.A. e Consórcio Candonga

Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual e Advocacia Geral do Estado, em face da Samarco Mineração S.A. e Consórcio Candonga. A pretensão relativa ao Consórcio refere-se à intenção de utilização do reservatório da Usina como receptáculo de rejeitos que eventualmente sejam carreados no caso de rompimento da barragem de Germano, da Samarco, e, ainda, o esvaziamento do reservatório no prazo de dois dias, custeado pela mineradora.

Foi deferida liminar com essas determinações, que foi imediatamente combatida pelo Consórcio, sob os argumentos de impossibilidade do cumprimento das determinações do julgador, em razão de risco iminente de a barragem não suportar o peso do material carreado (uma vez que sua densidade é aproximadamente quatro vezes maior que a da água) e romper ou galgar, causando um impacto muito maior nas comunidades localizadas à jusante da UHE, além da impossibilidade de promover o esvaziamento do reservatório, quase que integralmente assoreado, por ausência de tecnologia para realizar a dragagem no tempo determinado e lugar para dispor, adequadamente, o material dragado.

O desembargador relator do caso acolheu parcialmente os pleitos do consórcio, entendeu que esse não poderia ser penalizado na mesma medida em que a mineradora, uma vez que se trata de vítima dos fatos, e determinou as obrigações de: a) permitir e facilitar o acesso dos trabalhadores da Samarco durante o trabalho de esvaziamento dos rejeitos de minério (o que passou a ser obrigação integralmente dela); b) dar suporte técnico designando 01 ou mais profissionais especializados para acompanhar os trabalhos, a fim de que toda a atividade seja desenvolvida com segurança; e c) disponibilizar alojamento para que os trabalhadores da Samarco possam realizar suas refeições, para descanso, pernoite e higiene pessoal básica. Por derradeiro, restou ainda determinada a utilização do reservatório para conter os rejeitos de minério oriundos da barragem de Germano, caso ocorra seu rompimento.

Ação de Desapropriação - Parque Estadual

A ação foi originariamente distribuída por não ter sido possível a desapropriação amigável da propriedade para a formação do Parque estadual do Pau Furado em razão dos valores apresentados.

Em agosto de 2018, foi apresentado laudo pericial para a terra nua e benfeitorias e em dezembro de 2018 foi apresentado parecer técnico do assistente pericial do Consórcio, bem como pedido de esclarecimentos ao perito judicial. O Montante do processo registrado como possível é de R\$7.535 (R\$6.255 em 31 de dezembro de 2018).

Rescisão de contrato

Trata-se de ação para rescisão de contrato ajuizada pelo Consórcio Candonga, em face dos proprietários da Fazenda Cachoeira Alta. Em breve síntese, a propriedade foi adquirida, mas, alguns dos requisitos essenciais do contrato não foram adimplidos, o que fundamentou o pleito de rescisão judicial da promessa de compra e venda.

Todavia, os proprietários requereram a reconvenção, ou seja, ao invés de pagar os valores já antecipados pelo Consórcio, estão pedindo multa e percepção de outras parcelas, alegando que o cancelamento do contrato foi indevido e que existem dívidas pendentes. O montante atualizado é de R\$1.156 (R\$2.325 em 31 de dezembro de 2018).

Cíveis (Rio Alto)

Tutela Antecipada de Evidência distribuída pela Rio Alto assegurar a correta execução do contrato de compra e venda de energia, que está descumprido. O montante atualizado é de R\$6.701 (R\$0 em 31 de dezembro de 2018 – Ação de 2019).

Cíveis (Outras)

Cerca de 14 ações cíveis diversas ajuizadas por moradores dos municípios de Aimorés, Resplendor, Itueta e Baixo Guandu, onde pleiteiam a reparação de danos materiais diversos sofridos com a construção da UHE Aimorés, no valor total de R\$194 (R\$ 800 em 31 de dezembro de 2018). Tendo em vista a necessidade de provas em cada caso, a classificação do prognóstico de perda dessas ações é possível.

Ação ambiental

Ação Civil Pública nº. 0005514-35.2002.4.01.308033

Trata-se de Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal contra o Consórcio Capim Branco e outros, alegando irregularidades no licenciamento ambiental da UHE Capim Branco, sustentando a inviabilidade ambiental da construção e ainda, que o impacto ambiental do empreendimento alcançaria dimensão regional, sendo o respectivo licenciamento de competência do IBAMA, e não da FEAM. Alega ainda que a LP e LI foram emitidas contrariando o parecer técnico emitido pelo órgão ambiental, que concluiu pela inviabilidade do empreendimento. Requer a nulidade da LP e LI, a anulação do contrato de concessão, a condenação do Consórcio na obrigação de abster-se de construir as UHEs e o desfazimento das obras iniciadas, a reparação de danos ambientais, perdas e danos, patrimoniais e morais à coletividade. Subsidiariamente, requer o reconhecimento do IBAMA para licenciar o empreendimento, a elaboração pelo Consórcio de estudo de viabilidade ambiental que contemple os impactos sobre toda a bacia hidrográfica do Rio Paraná, bem como de adoção de inúmeros programas ambientais e compensação da supressão da mata ciliar original diretamente afetada.

A decisão de 1ª instância julgou improcedentes todos os pedidos do MPF, além de extinguir o processo em relação a FEAM e ao IBAMA. Em apelação interposta pelo MPF, o TRF 1 Região acolheu parcialmente o recurso, afastando a maior parte dos pedidos (nulidade das licenças e do contrato de concessão, desfazimento de obras e transferência do licenciamento para o IBAMA) mas determinou a apresentação de programas ambientais ao IBAMA, incluindo o reflorestamento da Área de Preservação Permanente, assim entendida a área de 100 metros lineares no entorno do reservatório. A decisão não foi unânime pela Quinta Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, ensejando Recurso de Embargos Infringentes, apresentados em 03/12/2013 e pendentes de julgamento. Após este recurso, se não acolhido, cabe ainda a apresentação de Recurso Especial e Recurso Extraordinário.

O prognóstico de êxito dos assessores jurídicos é de perda possível, uma vez que o acórdão objeto dos infringentes, por sua vez, além de apresentar divergências nos votos e possuir argumentação frágil no tocante a competência para licenciar, deixa de abordar aspectos importantes da sentença, tais como a exclusão do IBAMA e da FEAM da lide, além da ofensa a importantes princípios de direito processual.

O valor estimado para cumprimento do reflorestamento da área de preservação permanente no entorno do reservatório, nos limites impostos pela condenação, é de R\$27.081. Deste total, considerando a participação da Aliança no Consórcio Capim Branco, estima-se que R\$23.660 caberiam à Aliança, valor este que, não obstante, constitui obrigação anterior à constituição da Companhia.

Condicionante Ambiental – UHE Aimorés

Trata-se de Auto de Infração lavrado pelo IBAMA, em 2016, pelo suposto não atendimento à Condicionante 2.12 da Licença de Operação nº 512/2005 (1ª renovação) referente à UHE Aimorés, causando prejuízos ambientais, econômicos e sociais. Essa condicionante é referente às medidas compensatórias aos danos causados pela implantação da usina. O montante atualizado classificado como possível é de R\$5.764 (R\$5.793 em 31 de dezembro de 2018).

Condicionante Ambiental

Trata-se de Auto de Infração lavrado pelo IBAMA, nos seguintes termos: “Fazer funcionar usina hidrelétrica (Aimorés) em desacordo com a licença de operação emitida”.

Em 1 de julho de 2011 foi apresentada defesa e, desde então, até tempos presentes – sem que tenha havido qualquer manifestação da autarquia -, a Aliança vem pleiteando a anulação do Auto de Infração em razão de nulidades.

Isso porque na capitulação do AI alega-se o descumprimento de condicionante ambiental, quando, na verdade, o que ocorreu foi à não execução de uma sugestão (portanto, sem qualquer obrigatoriedade) de item de Plano Básico Ambiental (Programa 16) relativo à Licença de Implantação do empreendimento. Ainda não houve qualquer análise do processo pelo IBAMA. O montante do processo registrado como possível é de R\$0 (R\$1.749 em 31 de dezembro de 2018).

Ação Civil Pública - Trecho de Vazão Reduzida

Ação civil pública proposta em 2001, em que o Ministério Público Federal (“MPF”) objetivava a suspensão imediata das obras de implantação, suspensão das Licenças Prévia e de Instalação concedidas pelo IBAMA para a UHE Aimorés. Com a atual fase de operação da UHE Aimorés, o MPF alega impossibilidade de renovação da licença de operação e discute-se uma série de pleitos. A sentença de primeira instância foi parcialmente favorável ao MPF, estando a ação hoje restrita a dois pontos: (i) formação de um espelho d’água permanente em todo o Trecho de Vazão Reduzida (“TVR”) e (ii) potenciais danos causados a ictiofauna (peixes), sendo que a Companhia já interpôs recurso de apelação. Paralelo a esta discussão, o IBAMA lavrou auto de infração no valor atualizado de R\$1.749 (R\$1.662 em 31 de dezembro de 2018) alegando que a UHE Aimorés operou em desacordo com a Licença de Operação, uma vez que, no Trecho de Vazão Reduzida não houve a manutenção de um espelho d’água permanente em frente a cidade de Aimorés. Aguarda-se julgamento da defesa apresentada sobre esse auto. Importante ressaltar que a criação do espelho d’água foi concluída em parte do TVR, conforme previsto nos estudos ambientais. O montante atualizado classificado como possível é de R\$1.352 (R\$0 em 31 de dezembro de 2018).

Ambientais (outras)

Trata-se de Ação Anulatória com pedido de tutela de Urgência interposta em face do INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS – IGAM, tendo em vista a penalidade aplicada por meio do Auto de Infração nº 90503/2018, pela suposta conduta de “Descumprir a determinação de restabelecer o nível de água do reservatório da soleira S4 do TVR da UHE Amador Aguiar I conforme ofícios da URG-TMAP nº 0019 e 0032 de 2018”, com fundamento jurídico-normativo no art. 112, Anexo II, Código 224 do Decreto Estadual nº 47.383/2018, bem como a Lei Estadual nº 13.199, de 29.01.1999.

Não obstante, foi fixada multa diária de 5% do valor total da multa, até a comprovação pelo autuado da regularização da situação junto à autoridade competente, sendo, após o fim do processo administrativo, aplicada a multa definitiva e atualizada em R\$985.

Pediu então: a) liminarmente, seja determinada a suspensão dos efeitos do ato administrativo ora discutido, vedando-se ao IGAM neste momento, a tentativa de execução e, ainda, que conste da Inscrição em Dívida Ativa já efetuada a suspensão uma vez deferida, permitindo ao autor a emissão de Certidões Positivas de Débito com efeito de Negativas; c) ao final, sejam anuladas, respectivamente, a decisão proferida pelo IGAM que homologou o Auto de Infração nº 90503/2018 e a decisão recursal daquele órgão ambiental que manteve o decisum homologatório da autuação; O montante atualizado classificado como possível é de R\$860 (R\$0 em 31 de dezembro de 2018)

Outras ações

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras ações que são individualmente de menor relevância, cujo prognóstico de perda é possível, sendo: R\$944 (R\$1.417 em 31 de dezembro de 2018) para ações cíveis e, R\$1.078 (R\$1.355 em 31 de dezembro de 2018) para ações ambientais.

b) Depósitos vinculados a litígios

Os depósitos vinculados a litígios referem-se, principalmente, às demandas judiciais ambientais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhista	580	148	580	148
Cíveis	120	1.021	129	1.021
Ambiental	7.974	5.306	7.974	5.306
Ação anulatória	1.409	919	1.409	919
Ação de desapropriação	6.494	-	6.494	-
Unidade de conservação ambiental de Pau Furado	-	3.890	-	3.890
Outros	71	497	71	497
	8.674	6.475	8.683	6.475

Trata-se de ações de desapropriação, com depósitos de valores incontroversos já realizados. As ações ainda estão em curso, para definição do valor efetivo indenizatório aos proprietários, perfazendo um montante de R\$6.494 (R\$0 em 31 de dezembro de 2018).

O montante de R\$1.409 (R\$919 em 31 de dezembro de 2018) é referente a uma ação anulatória distribuída em razão da lavratura, pelo IBAMA, do auto de infração nº 557482, representando, portanto, o depósito caução do valor para a discussão em juízo.

18 - Patrimônio líquido

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (k).

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 o capital social da Companhia era de R\$1.291.488, dividido em 1.291.582.500 (um bilhão, duzentas e noventa e um milhões, quinhentas e oitenta e duas mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A composição do capital social da Companhia é conforme segue:

Acionistas	31/12/2019		31/12/2018	
	(Nº de Ações)	(Em R\$)	(Nº de Ações)	(Em R\$)
Vale S.A.	710.370.375	710.318.125,65	710.370.375	710.318.125,65
Cemig GT	581.212.125	581.169.375,35	581.212.125	581.169.375,35
	1.291.582.500	1.291.487.501,00	1.291.582.500	1.291.487.501,00

(a) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição da totalidade dos lucros líquidos apurados como dividendos, respeitados os planos de negócios e de investimentos aprovados pela Companhia. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2019 o montante a pagar é de R\$228.962.

(b) Reserva legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada as reservas de capital, superam em 30% o capital social.

Assim, a Companhia não constituiu reserva legal no exercício comparativo, em decorrência das reservas de capital representarem 44% do capital social.

(c) Reserva de capital

O tratamento dado à integralização dos ativos de titularidade da acionista Vale ao capital da Companhia, no valor líquido de R\$ 1.276.668, é o seguinte: R\$ 710.251 foram destinados à conta do capital social e o montante de R\$ 566.417 foi destinado à constituição de Reserva de Capital, de forma que se manteve no Capital Social a proporção de 55% e 45% para Vale e Cemig GT, respectivamente.

(d) Lucro por ação

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	228.962	198.319
Média ponderada das ações (ações em milhares)	1.291.582	1.291.582
Lucro básico por ação (em R\$)	0,18	0,15

19 – Receita líquida

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (i).

A composição da receita da Companhia para controladora e consolidado é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	1.164.485	1.020.349	1.237.237	1.095.625
Transações com energia na CCEE	934	11.831	24.104	25.144
Receita bruta pela prestação de serviços	3.796	3.898	3.006	639
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(153.469)	(129.226)	(161.399)	(137.703)
	1.015.746	906.852	1.102.948	983.705

Atualmente, parte substancial de suas vendas estão concentradas em seus dois acionistas.

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores para controladora e consolidado, é a seguinte:

Descrição	Controladora				Consolidado			
	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
Industrial ou equivalente	1.873.478	435.282	2.439.013	439.973	2.250.125	498.102	2.861.605	513.349
Comercial ou equivalente	-	-	154.876	39.001	-	-	154.876	40.901
Suprimento a outras concessionárias	4.453.704	729.203	3.176.966	541.375	4.453.704	739.135	3.176.966	541.375
	6.327.182	1.164.485	5.770.855	1.020.349	6.703.829	1.237.237	6.193.447	1.095.625

b) Impostos e encargos incidentes sobre a receita para controladora e consolidado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Tributos sobre a receita				
PIS	(19.142)	(17.059)	(19.975)	(18.523)
COFINS	(88.171)	(78.576)	(92.009)	(85.318)
ICMS	(11.596)	(3.972)	(14.552)	(3.972)
ISS	(190)	(195)	(190)	(195)
	(119.099)	(99.802)	(126.726)	(108.008)
Encargos do consumidor				
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos	(20.475)	(17.425)	(20.475)	(17.425)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(3.560)	(2.967)	(3.863)	(3.240)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	(4.134)	(1.806)	(4.134)	(1.804)
Pesquisa expansão sistema energético - MME	(2.067)	(3.613)	(2.067)	(3.613)
Pesquisa e desenvolvimento	(4.134)	(3.613)	(4.134)	(3.613)
	(34.370)	(29.424)	(34.673)	(26.695)
	(153.469)	(129.226)	(161.399)	(137.703)

20 - Custos e despesas operacionais

A composição dos custos e das despesas operacionais da Companhia é conforme segue:

a) Custos com geração de energia para controladora e consolidado

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Energia elétrica comprada para revenda	(418.791)	(392.858)	(431.513)	(401.382)
Repasse repactuação do Risco Hidrológico	50.930	87.316	50.930	87.316
Depreciação e amortização	(122.102)	(122.805)	(150.771)	(153.149)
Serviços de terceiros	(46.373)	(40.876)	(54.763)	(45.084)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(51.391)	(43.627)	(55.185)	(47.042)
Pessoal	(29.866)	(25.863)	(29.866)	(25.698)
Materiais	(3.042)	(1.580)	(3.086)	(1.646)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(9.018)	(15.153)	(6.838)	(11.861)
	(629.653)	(555.446)	(681.092)	(598.546)
Classificação no resultado				
Energia elétrica comprada para revenda	(367.861)	(305.542)	(380.564)	(314.066)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(51.391)	(43.627)	(55.185)	(47.042)
Depreciação e amortização	(122.102)	(125.325)	(150.771)	(153.149)
Outros custos com geração de energia	(88.299)	(80.952)	(94.572)	(84.289)
	(629.653)	(555.446)	(681.092)	(598.546)

b) Despesas operacionais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(13.355)	(12.018)	(13.355)	(12.018)
Serviços de terceiros	(9.848)	(11.883)	(10.475)	(12.042)
Participação dos empregados no resultado	(2.463)	(1.724)	(2.463)	(1.724)
Depreciação e amortização	(1.068)	(3.191)	(1.407)	(3.566)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(2.873)	(2.275)	(3.300)	(1.355)
	(29.607)	(31.091)	(31.000)	(30.705)
Classificação no resultado				
Despesas gerais e administrativas	(28.938)	(27.900)	(30.012)	(27.139)
Outras (despesas) receitas operacionais	(669)	(3.191)	(988)	(3.566)
	(29.607)	(31.091)	(31.000)	(30.705)
Resultado de equivalência patrimonial	16.617	11.093	-	-
Amortização do ágio	(353)	(379)	-	-
	16.264	10.714	-	-
	(13.343)	(20.377)	(31.000)	(30.705)

21 - Receitas e despesas financeiras

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (j).

A composição do resultado financeiro para controladora e consolidado é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras				
Renda de aplicação financeira	32.426	29.779	35.632	32.118
Outras	1.746	566	2.965	566
	34.172	30.345	38.597	32.684
Despesas financeiras				
Encargos financeiros - concessões a pagar	(47.378)	(37.593)	(47.378)	(37.593)
Encargos financeiros – compromissos futuros	(4.108)	(5.210)	(4.601)	(5.382)
Encargos de financiamentos e debêntures	(14.440)	(22.272)	(33.782)	(43.919)
Outras	(2.986)	(1.938)	(4.222)	(2.446)
	(68.912)	(67.013)	(89.983)	(89.340)
	(34.740)	(36.668)	(51.386)	(56.656)

22 - Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

	Centrais Eólicas		Vale S.A.		Grupo Cemig		Total	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber								
Venda de energia	-	-	40.437	42.374	13.623	12.957	54.338	55.331
Serviços de <i>backoffice</i>	316	200	278	320	-	-	594	520
Acerto de contingências passivas	-	-	64.590	11.193	33.008	8.072	97.598	19.265
Contas a pagar								
TUSD ¹ / TUST ²	-	-	-	-	-	9	-	9
Serviços de O&M	-	-	-	-	1.095	2.685	1.095	2.685
Dividendos a pagar	-	-	125.929	110.811	103.033	90.665	228.962	201.476
	Centrais Eólicas		Vale S.A.		Grupo Cemig		Total	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Resultado								
Receita com venda de energia	-	-	563.152	542.761	165.595	158.259	728.747	701.020
Receita com serviços de <i>backoffice</i>	794	3.259	1.667	1.882	-	-	2.461	5.141
TUSD ¹ / TUST ²	-	-	-	-	(35.750)	(31.318)	(35.750)	(31.318)
Custo com O&M	-	-	-	-	(8.177)	(10.359)	(8.177)	(10.359)
Compra de energia	-	-	(57.093)	-	-	(1.172)	(57.093)	(1.172)
Recuperação de despesas	1.004	-	-	-	-	-	1.004	-

¹ Tarifa pela utilização do sistema de distribuição

² Tarifa pela utilização do sistema de transmissão

As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (i) vendas de energia elétrica às acionistas Vale S.A e Cemig Geração e Transmissão S.A.; (ii) recuperação de despesas; (iii) despesas com contingências relacionadas a causas que têm como fato gerador ocorrido antes do aporte dos ativos; e (iv) serviços de operação e manutenção.

As transações entre partes relacionadas foram estabelecidas com base em condições negociadas entre as partes.

Remuneração do pessoal-chave da Companhia

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla pagamentos a diretores e gerentes que desempenham funções de diretoria nos consórcios, totalizou R\$2.763, incluindo pró-labore, salários e benefícios (R\$2.989 em 31 de dezembro de 2018). Esse valor está registrado no resultado na rubrica de despesas gerais e administrativas.

23 - Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

- **Custo amortizado:** encontram-se nesta categoria caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e depósitos judiciais. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- **Passivos financeiros não derivativos:** encontram-se nesta categoria os fornecedores, empréstimos e obrigações com concessões a pagar. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

A Companhia considerou o valor justo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, depósitos judiciais, fornecedores e empréstimos e financiamentos como substancialmente igual aos seus valores contábeis em razão da natureza e características desses instrumentos.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data da mensuração;
- Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos e passivos similares em mercados ativos; e
- Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

		Controladora			
		31/12/2019		31/12/2018	
	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Categoria dos instrumentos financeiros					
Ativos financeiros:					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	2	394.567	394.567	344.155	344.155
Aplicações financeiras	2	305.884	305.884	242.823	242.823
Contas a receber	2	93.378	93.378	93.046	93.046
Outros valores a receber	2	14.858	14.858	10.089	10.089
Outros valores a receber de partes relacionadas	2	97.598	97.598	24.137	24.137
		906.285	906.285	714.250	714.250

Passivos financeiros:

Avaliados ao custo amortizado

Fornecedores	2	42.519	42.519	13.421	13.421
Financiamentos e debêntures	2	220.823	220.823	289.120	289.120
Arrendamentos	2	4.245	4.245	-	-
Concessões a pagar	2	297.798	364.174	297.898	381.743
Outros passivos	2	3.366	3.366	3.182	3.182
		568.751	635.127	603.621	687.466

		Consolidado			
		31/12/2019		31/12/2018	
	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Categoria dos instrumentos financeiros					
Ativos financeiros:					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	2	435.169	435.169	381.041	381.041
Aplicações financeiras	2	327.246	327.246	257.073	257.073
Contas a receber	2	130.592	130.592	116.694	116.694
Outros valores a receber	2	15.070	15.070	13.635	13.635
Outros valores a receber de partes relacionadas	2	97.598	97.598	24.137	24.137
		1.005.675	1.005.675	792.580	792.580

Passivos financeiros:

Avaliados ao custo amortizado

Fornecedores	2	44.817	44.817	19.740	19.740
Financiamentos e debêntures	2	437.105	437.105	515.287	616.937
Arrendamentos	2	13.850	13.850	-	-
Concessões a pagar	2	297.798	364.174	297.898	381.743
Outros passivos	2	3.370	3.370	3.206	3.206
		796.940	863.316	836.131	1.021.626

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim, como os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantidas até o vencimento, entende-se que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para as debêntures classificadas e mensuradas ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e por não possuírem mercado ativo, já que as debêntures não foram negociadas em mercado secundário, nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

Para os financiamentos, arrendamentos e concessões a pagar, a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros das dívidas.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não possui saldos em moedas estrangeiras relevantes, ou mesmo quaisquer direitos e/ou compromissos indexados à variação cambial.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação da taxa de juros, em 31 de dezembro de 2019. Esta exposição ocorre em função do passivo de Financiamentos e Debêntures (Nota nº 12) indexado à variação do CDI e TJLP.

As aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelos CDI, reduzindo a exposição líquida em 31 de dezembro de 2019.

Adicionalmente, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas e as obrigações indexadas a índices atrelados à aceleração inflacionária, caso das dívidas vinculadas ao CDI e TJLP.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da taxa de juros mais relevante, os consultores econômicos da Companhia estimam que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2020, a TJLP acumulada para os empréstimos será de 5,03% e o CDI acumulado será de 3,99% para as aplicações financeiras e empréstimos. A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na taxa CDI de 25% e 50% em relação ao cenário base, considerados como Cenário I e II, respectivamente, para controladora e consolidado.

a) Controladora:

	31/12/2019			
	Valor Contábil	Cenário Base CDI 3,99%	Cenário I CDI 4,99%	Cenário II CDI 5,99%
Ativo				
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 3 e 4)	700.143	728.079	735.080	742.082
Ativo líquido exposto	700.143	728.079	735.080	742.082
Efeito no resultado		27.936	34.937	41.939

	31/12/2019			
	Valor Contábil	Cenário Base CDI 3,99%	Cenário I CDI 4,99%	Cenário II CDI 5,99%
Passivo				
Debêntures (nota explicativa nº 12)	(220.823)	(229.634)	(231.842)	(234.050)
Passivo líquido exposto	(220.823)	(229.634)	(231.842)	(234.050)
Efeito no resultado		(8.811)	(11.019)	(13.227)
Efeito líquido da variação do CDI no resultado		19.125	23.918	28.712

b) Consolidado:

	31/12/2019			
Descritivo	Valor Contábil	Cenário Base CDI 3,99%	Cenário I CDI 4,99%	Cenário II CDI 5,99%
Ativo				
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 3 e 4)	760.147	790.477	798.078	805.680
Ativo líquido exposto	760.147	790.477	798.078	805.680
Efeito no resultado		30.330	37.931	45.433

	31/12/2019			
Descritivo	Valor Contábil	Cenário Base CDI 3,99%	Cenário I CDI 4,99%	Cenário II CDI 5,99%
Passivo				
Debêntures (nota explicativa nº 12)	(220.823)	(229.634)	(231.842)	(234.050)
Passivo líquido exposto	(220.823)	(229.634)	(231.842)	(234.050)
Efeito no resultado		(8.811)	(11.019)	(13.227)

	31/12/2019			
Descritivo	Valor Contábil	Cenário Base TJLP 5,03%	Cenário I TJLP 6,29%	Cenário II TJLP 7,55%
Passivo				
Finem BNDES (nota explicativa nº 12)	(216.282)	(227.161)	(229.886)	(232.611)
Passivo líquido exposto	(216.282)	(227.161)	(229.886)	(232.611)
Efeito no resultado		(10.879)	(13.604)	(16.329)

Efeito líquido da variação do CDI e da TJLP no Resultado		10.640	13.308	15.877
---	--	---------------	---------------	---------------

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação, em 31 de dezembro 2019. Esta exposição ocorre em função do passivo de Concessões a pagar (Nota nº 11) indexado à variação do IGP-M.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, os consultores econômicos da Companhia estimam que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2020, a taxa IGP-M anualizada será de 4,97%. A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário base, considerados como Cenário I e II, respectivamente, para controladora e consolidado.

	31/12/2019			
Risco - Elevação da inflação	Valor Contábil	Cenário Base IGP-M 4,97%	Cenário I IGP-M 6,21%	Cenário II IGP-M 7,46%
Passivo				
Concessões a pagar (nota explicativa nº 12)	(297.798)	(312.599)	(316.291)	(320.014)
Passivo líquido exposto	(297.798)	(312.599)	(316.291)	(320.014)
Efeito líquido da variação do IGP-M no resultado		(14.801)	(18.493)	(22.216)

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Aliança administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das operações, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos manejando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, aplicados diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fornecedores, empréstimos e concessões a pagar, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, para controladora e consolidado, podem ser observadas na tabela abaixo:

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
- Pós-Fixadas						
Fornecedores	(37.871)	-	-	-	-	(37.871)
Financiamentos e debêntures	(73.495)	-	(76.545)	(19.866)	(50.589)	(220.495)
Concessões a pagar	(4.127)	(8.253)	(37.200)	(265.523)	(609.825)	(924.928)
	<u>(115.493)</u>	<u>(8.253)</u>	<u>(113.475)</u>	<u>(285.389)</u>	<u>(660.414)</u>	<u>(1.183.294)</u>
Consolidado						
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
- Pós-Fixadas						
Fornecedores	(40.169)	-	-	-	-	(40.169)
Financiamentos e debêntures	(75.642)	(4.295)	(95.925)	(123.206)	(284.635)	(583.703)
Concessões a pagar	(4.127)	(8.253)	(37.200)	(265.523)	(609.825)	(924.928)
	<u>(119.938)</u>	<u>(12.548)</u>	<u>(133.125)</u>	<u>(388.729)</u>	<u>(894.460)</u>	<u>(1.548.800)</u>

Risco de crédito

Atualmente, os recebíveis da Companhia advêm de contratos firmados no mercado regulado, de volume de venda de energia realizada com seus acionistas (partes relacionadas) ou da liquidação no mercado de curto prazo. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas entende-se que o risco de crédito é mitigado pelo interesse intrínseco da parte envolvida. Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CCEE que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

Dessa forma, o risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores.

Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos é baixa, haja visto que a Companhia investe apenas em instituições de primeira linha e realiza uma criteriosa análise do risco associado a estas instituições, bem como ao risco associado aos produtos financeiros nos quais aplica.

A Companhia tem acesso às avaliações de risco de seus acionistas no que diz respeito às contrapartes de instituições financeiras, estas análises são também realizadas com base nas políticas internas aprovadas pelos seus respectivos fóruns de definição de estratégias para gerenciamento dos riscos financeiros.

A Companhia avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	394.567	344.155	435.169	381.041
Aplicações financeiras	305.884	242.823	327.246	257.073
Contas a receber	88.730	93.046	125.944	116.694
Total da exposição	786.181	680.024	888.359	754.808

Riscos de concentração de clientes

Atualmente, parte substancial de suas vendas estão concentradas em seus dois acionistas.

Riscos hidrológicos

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do país.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, com exceção da Usina de Candonga, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. Adicionalmente, em 8 de dezembro de 2015 a Companhia optou por repactuar o risco hidrológico para os seus contratos firmados no ACR, conforme detalhamento apresentado na Nota Explicativa 6.

24 - Benefícios a empregados

a) Seguro de vida

A Companhia possui a política de seguro de vida a todos os seus funcionários, onde o custo é totalmente pago pela Companhia.

b) Seguro saúde

O seguro saúde é oferecido aos funcionários, de acordo com os critérios definidos na política da Companhia, com a contribuição da maior parte do custo no plano completo. O plano de saúde oferecido abarca colaboradores e seus dependentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os valores correspondentes ao custo de Seguro Saúde pagos pela Companhia foram de R\$1.222 (R\$1.172 em 31 de dezembro de 2018).

c) Benefícios pós-emprego

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, tais como complemento de aposentadoria, seguro e assistência médica, nem remuneração com base em participações em ações de seus administradores.

25 - Cobertura de seguros

A Companhia contratou cobertura de seguro de responsabilidade civil e para risco operacional nos montantes de R\$30.000 e R\$343.853, respectivamente. A vigência das citadas apólices é até 21 de março de 2020.

26 - Compromissos

Em 31 de dezembro de 2019, as controladas da Companhia possuem os seguintes compromissos assumidos, sendo todos integralmente referentes à implantação do Projeto Eólico Santo Inácio:

- a) A Companhia assinou um contrato para operação e manutenção de seus aerogeradores por dez anos, o qual resultará em uma despesa total de R\$42.591.
- b) Ademais, a Companhia possui ainda contratos de arrendamento com os proprietários das terras onde seus ativos estão implementados, estes arrendamentos preveem o pagamento de 1,5% da receita líquida dos aerogeradores implantados no terreno do arrendatário. A expectativa de desembolsos com a referida obrigação é: Santo Inácio III no valor de R\$8.198; Santo Inácio IV no valor de R\$6.219; Garrote no valor de R\$6.219; e São Raimundo no valor de R\$6.502.

27 - Informações complementares ao fluxo de caixa

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Provisão de demandas judiciais (1)	1.639	1.639	1.108	1.108
Contabilização inicial IFRS 16 (2)	4.734	14.415	-	-
	6.373	16.054	1.108	1.108

- 1) As provisões de demandas judiciais, cujo fato gerador é anterior a criação da Aliança, não transitaram pelo resultado da Companhia e serão ressarcidas pelos seus acionistas.

- 2) Em 01 de janeiro de 2019, a Companhia aplicou o IFRS 16 e registrou o passivo de arrendamento e um direito de uso no grupo de imobilizado.

28 - Eventos subsequentes

Aumento de capital social nas Centrais Eólicas Acauã

Em 13 de dezembro de 2019, a assembleia geral de constituição aprovou o capital social inicial das Centrais Eólicas Acauã, que foram parcialmente integralizados em 2019.

Em janeiro de 2020 e fevereiro de 2020, a Aliança Geração de Energia integralizou respectivamente R\$14.985 e R\$30.878 para as Centrais Eólicas Acauã.

Diretoria

Wander Luiz de Oliveira
Diretor de Comercialização e de Engenharia

Paulo de Tarso de Alexandria Cruz
Diretor de Operações

Responsável técnico

Rafael Lisboa Fernandes
Contador CRC/MG - 105611/O-3